

**Apoio murchou em todas as cidades**

# Bolsonaro perdeu de 7x1 para os atos em defesa da Educação

**HORA DO POVO**  
 ANO XXIX - Nº 3.709 29 e 30 de Maio de 2019



Nelson Jr - STF



**Ministro Fachin suspende venda de refinarias da Petrobrás e TAG**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin suspendeu o processo de vendas de refinarias, da unidade de fertilizantes Araucária Nitrogenados (Ansa) e o procedimento de venda da Transportadora Associada de Gás (TAG). Em liminar concedida na sexta-feira (24) atendendo ação movida por sindicatos, Fachin cassou a decisão de janeiro passado do STJ. **Página 2**

**1 REAL BRASIL**  
**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

**Guedes fala em pegar estatais e "passar a faca"**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na quarta-feira (22) que o governo começará "daqui a pouco" a privatizar "peixes grandes". **P 2**

**E não defendeu bloqueio da verba do ensino nem o retorno do Coaf a Moro**

**A**s manifestações de domingo não juntaram muita gente porque não podiam juntar muita gente. Não existem muitos brasileiros – ou seres humanos, em qualquer parte do mundo – que se reúnam para apoiar a volta ao escravagismo, o extermínio dos idosos (os idosos pobres, bem entendido) ou a obrigação forçada de ser ignorante. Em São Paulo, os bolsonaristas aproveitaram uma via pública que, aos domingos, é fechada para que a população tenha um espaço de lazer, para engrossar suas fotos. Com 8 caminhões de som, um grande vazio entre eles, a rua estava como se vê nas fotos ao lado. **Página 3**



Fotos: CM - HP

**Avenida Paulista - Entre o vão do Masp e Peixoto Gomide 16:46h**

**Senadores se mobilizam para devolver Coaf para a Justiça**

“Vamos tentar mais uma vez, com requerimento de destaque, para que o Coaf possa permanecer no âmbito do Ministério da Justiça, já que entendemos ser o local adequado para sua existência”, afirmou o líder do Podemos, Alvaro Dias - PR (foto). Senadores de vários partidos avaliam que há como, nesta terça-feira (28), reverter a decisão da Câmara de tirar de Moro o órgão de fiscalização. Para a senadora Simone Tebet - MDB-MS (foto), “vai ser apertado, mas eu acho que o Coaf vai para o Ministério da Justiça”. **Página 3**



Marcos Oliveira - Senado

Gerardo Maciel - Senado



**Avenida Paulista - ato principal - Peixoto Gomide 16:43h**

## 80 tiros: réus colocaram fotos falsas nos autos, revela ministra



Fábio Teixeira - AP

A ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM), na complementação de seu voto – proferido uma semana antes – contra soltar os atiradores que assassinaram Evaldo Rosa e Luciano Macedo, em Guadalupe, no Rio, apontou que os acusados falsificaram provas, ao apresentar fotos de viaturas com marcas de tiro, que não foram usadas por eles. “Durante o auto de prisão em flagrante, ao utilizarem-se da mentira, que inclusive comprometeu o Comando Militar do Leste, comprometeu a própria credibilidade do Exército, eles influíram para que viessem aos autos três fotos de viaturas atingidas”, disse a ministra. Exibindo as fotos, ela mostrou que a viatura usada pela patrulha, um transporte Agrale Marruá, não tinha uma só bala, como, aliás, fora constatado pela perícia. No entanto, foram anexadas, no processo, fotos de outras viaturas, com marcas de balas. **Página 4**

**Queiroz pagou hospital com R\$ 133,5 mil em dinheiro**

# Bolsonaro corta 30% dos recursos de Moro e 20% da Polícia Federal

Dos R\$ 3,8 bi previstos para o Ministério da Justiça em 2019, foi cortado R\$ 1,1 bilhão

Jair Bolsonaro cortou 30% das verbas do Ministério da Justiça e 19% do orçamento da Polícia Federal. Segundo a pasta, dos R\$ 3,8 bilhões previstos para 2019, foi cortado R\$ 1,1 bilhão, o equivalente a 29% do orçamento. Na Polícia Federal, o corte foi de 19%. Dos R\$ 1,3 bilhão da Polícia Federal, foram cortados R\$ 248 milhões, conforme dados divulgados pelo Ministério da Economia.

Do discurso de campanha, com um pretense combate à corrupção, Jair Bolsonaro, deu meia volta e está colocando travas às investigações e limites orçamentários aos órgãos de investigação. Ele agora, além de cortar verba da Justiça e da PF, passou a atacar o Conselho de Acompanhamento e Fiscalização (Coaf) e declarou apoio à sua transferência para a pasta comandada por Paulo Guedes. (Bolsonaro manda recado: não quer que Senado retire Coaf de Guedes)

A mudança de comportamento em relação ao Coaf se intensificou depois que a operação "Os Intocáveis", da Polícia Federal, descobriu, entre outras falcatruas, a existência de uma organização criminosa agindo dentro do gabinete de seu filho, o então deputado Flávio Bolsonaro, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Em meio às investigações de um esquema de propinas envolvendo dezenas de parlamentares e funcionários da Assembleia Legislativa do Rio, o Coaf entregou ao Ministério Público do Rio de Janeiro um relatório onde consta uma movimentação milionária, que chegou a R\$ 7 milhões entre 2014 e 2017, na conta de Fabrício Queiroz, então motorista de Flávio Bolsonaro. O órgão descobriu também movimentações suspeitas na conta do próprio parlamentar.

A partir daí o cerco do governo ao trabalho do Coaf se intensificou.

Houve uma iniciativa do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, de incluir um destaque à Medida Provisória 870, da Reforma Administrativa, transferindo o órgão de fiscalização de crimes financeiros, da Justiça, onde estava originalmente, para a pasta da Economia. O Plenário da Câmara aprovou a mudança e Bolsonaro declarou apoio à decisão.

"No meu entender [o Senado], deve aprovar o que foi votado na Câmara e vamos seguir em pautas mais importantes", disse Bolsonaro, em vídeo, divulgado nesta quinta-feira (23), orientando o Senado a não restituir o Coaf para a pasta de Sérgio Moro.

A posição de Bolsonaro sobre o Coaf irritou senadores que se articulavam para reverter a decisão na Casa, entre eles o líder do PSL, senador Major Olímpio. O senador por São Paulo considerou um "tiro no próprio pé" a posição de Bolsonaro de abrir mão do Coaf no Ministério da Justiça. "Difícil defender, ele abrir mão da estrutura que sustenta sua principal bandeira: o combate à corrupção", completou o parlamentar.

Em entrevista à Band, na mesma quinta-feira (23) em que ocorreu a votação, Bolsonaro seguiu revelando que não pretende dar moleza para o trabalho do Coaf. "O Coaf tem que ter suas limitações. Não pode vazar como vem... (...) O ano passado vazou muita coisa ao arripio da lei. O Coaf é um órgão de assessoramento não é de investigação de nada", salientou.

No dia 13, a Justiça do Rio autorizou a quebra do sigilo bancário e fiscal de Flávio e Fabrício Queiroz e outras 87 pessoas. As movimentações suspeitas, detectadas também na conta do

senador levaram a Receita Federal a criar uma equipe especial para analisar as transações imobiliárias milionárias realizadas por ele.

O MPRJ suspeita que os R\$ 9,4 milhões que Flávio Bolsonaro usou para comprar imóveis subfaturados e revendê-los superfaturados, rendendo um alto lucro de R\$ 3 milhões, fazem parte de um esquema para encobrir os recursos obtidos através do desvio das verbas do orçamento da Assembleia Legislativa do Rio.

Segundo os investigadores, o senador fez operações de compra e venda de imóveis – num total de 19 imóveis – investindo R\$ 9,425 milhões de reais entre 2010 e 2017. Os "negócios" imobiliários do "zero dois" de Bolsonaro, que o MP considera operações com indícios de lavagem de dinheiro, tiveram altos retornos. Em operações de subfaturamento das compras e superfaturamento dos imóveis vendidos, o senador lucrara R\$ 3,089 milhões neste período.

O Conselho de Controle de Atividades Fiscais (Coaf), considera que há "sérios indícios" de lavagem de dinheiro nestas operações. Esse ganho extra do parlamentar revela que não era só o seu motorista, Fabrício Queiroz, que "fazia rolo". "Eu faço dinheiro", disse ele, em entrevista no final do ano passado. O deputado também "fabricava dinheiro".

O então deputado adquiriu, por exemplo, num desses "negócios", 10 salas comerciais em um prédio na Barra da Tijuca por R\$ 2,662 milhões, entre dezembro de 2008 e setembro de 2010. Em outubro de 2010, ele vendeu as mesmas salas para a empresa MCA Exportação e Participações por R\$ 3,167 milhões.

Em novembro de 2012, Flávio adquiriu outros dois imóveis em Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro. Pagou um total de R\$ 310 mil pelas duas quitinetes e as revendeu, um ano e três meses depois, por mais que o triplo do preço, segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo.

Os dois imóveis haviam sido adquiridos em 2011 pelos proprietários anteriores por um total de R\$ 440 mil. Em pleno boom imobiliário na cidade, eles tiveram um prejuízo de 30% ao revendê-los ao senador eleito, segundo dados do 5º RGI (Registro Geral de Imóveis) da capital do estado.

O senador revendeu um imóvel em novembro de 2013 (por R\$ 573 mil) e outro em fevereiro de 2014 (por R\$ 550 mil). Somadas, as transações lhe renderam um lucro de R\$ 813 mil — diferença entre os R\$ 310 mil investidos nas compras e o R\$ 1,12 milhão que recebeu com as vendas.

Também tiveram quebrados os sigilos de duas ex-funcionárias do gabinete de Flávio Bolsonaro. Raimunda Veras Magalhães, de 68 anos, mãe do miliciano foragido Adriano Magalhães Nóbrega, manda chuva da milícia do Rio das Pedras e chefe do Escritório do Crime, grupo de extermínio investigado pela morte da vereadora Marielle Franco, e a mulher do assassino de aluguel, Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega.

As duas foram nomeadas por Flávio Bolsonaro. A mãe de Adriano trabalhou até 2016 e a mulher até 2018. O assassino profissional chegou a ser homenageado por Flávio Bolsonaro em 2004 com a Medalha Tiradentes.

A mulher de Flávio, Fernanda Bolsonaro, a empresa de ambos, Bolstolini Chocolates e Café Ltda, as duas filhas de Queiroz, Nathalia e Evelyn, e a mulher do ex-assessor também terão suas contas abertas pelo MP com autorização judicial.



## Fachin suspende a venda de refinarias da Petrobrás e da TAG

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin suspendeu o processo de vendas de refinarias, da unidade de fertilizantes Araucária Nitrogenados (Ansa) e o procedimento de venda da Transportadora Associada de Gás (TAG).

Em liminar concedida na sexta-feira (24) atendendo ação movida por sindicatos, Fachin cassou a decisão de janeiro passado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que havia derrubado liminar contra a venda pela Petrobrás do gasoduto TAG.

Com a sentença do STJ, a Petrobrás fechou acordo para vender 90% da TAG para um consórcio formado pela francesa Engie e a canadense Brookfield por US\$ 8,6 bilhões.

Fachin afirmou que a decisão do STJ afrontou determinação anterior do ministro do STF Ricardo Lewandowski, "ainda que por vias oblíquas ou indiretas, ao permitir a continuidade do procedimento de venda de ativos sem a necessária e prévia licitação e sem a necessária autorização legislativa".

"Não vejo espaço para, à míngua de expressa autorização legal, excepcionar o regime constitucional de licitação à transferência do contrato celebrado pela Petrobras ou suas consorciadas", disse Fachin, em decisão obtida pela agência Reuters.

Ao final de abril, a Petrobrás anunciou a venda de oito refinarias. Veja mais no site da Hora do Povo: <https://horadopovo.org.br/bolsonaro-libera-privatizacao-de-8-refinarias-da-petrobras/>

Com informações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET.



## Guedes anuncia que vai "passar a faca" nas estatais para pagar juros

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na quarta-feira (22) que o governo começará "daqui a pouco" a privatizar "peixes grandes", ao ressaltar que os recursos obtidos com as privatizações serão transferidos aos bancos por meio do pagamento dos juros da dívida pública.

Disse Guedes, durante um seminário sobre a reforma da Previdência em Brasília, que "por enquanto não tem peixe grande, só coisinha pequena aqui, concessões ali. Daqui a pouco vão entrar os grandes, nós vamos começar os grandes também. Está tudo sendo preparado", destacou o ministro.

Em seguida, Guedes disse que o dinheiro arrecadado seria utilizado para o pagamento dos juros da dívida pública, que segundo ele, é uma vergonha para Brasil – já que este ano a expectativa do governo é de gastar R\$ 360 bilhões com essa despesa.

"Com as privatizações, vamos travar essa despesa (com juros da dívida), que para o Brasil é uma vergonha", afirmou Guedes.

Guedes não disse que peixes grandes são esses,



mas no mês de março deste corrente ano, o ministro declarou durante um evento intitulado "A Nova Economia Liberal", realizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio, que se livraria de todas as estatais, inclusive a Petrobrás.

Disse Paulo Guedes: "Eu trouxe o Salim Mattar, com apetite enorme, doído para privatizar o máximo possível, doído para passar a faca...", declarou, referindo-se ao secretário especial de Desestatização e Desinvestimento, secretaria do Ministério da Economia com foco em privatizações.

Na quinta-feira (16), em Dallas (EUA), Guedes anunciou que pretende entregar o Banco do

Brasil para o Bank of America.

As críticas declaradas por Paulo Guedes aos gastos do governo com juros são falaciosas, pois se Guedes estivesse realmente incomodado com os gastos do governo com a dívida pública, ele diminuiria os juros a patamares civilizados, por meio da redução da taxa básica de juros da economia (Selic), já que governo que tem o poder de definir essas taxas.

Mas, Bolsonaro pretende entregar definitivamente as decisões econômicas do País, inclusive as taxas de juros, para os monopólios financeiros que controlam o Banco Central, ao propor a lei que permite a autonomia ao Banco Central (BC).

## Ministro defende entrega do urânio a estrangeiros

O ministro de Minas e Energia, almirante Bento Costa de Albuquerque Júnior, declarou ser favorável à entrega das riquezas minerais do país, inclusive o urânio, ao capital estrangeiro. "Não adianta dizer que esta riqueza é sua se o país não tem condições de explorá-la e protegê-la", disse.

"O Estado não deve ser dono de tudo, nem das empresas. Deve fomentar o investimento e aprimorar a regulamentação e a fiscalização. Não é o monopólio que garante a soberania, mas a capacidade de explorar as riquezas do país e defender seus interesses", afirmou o almirante.

O urânio é o único minério

sobre o qual a União ainda tem monopólio constitucional.

Na opinião do ministro, a exploração das minas de urânio de Caetité (BA) e Santa Quitéria (CE) passaria pelo estabelecimento de parcerias externas.

O Brasil possui a sétima maior reserva mundial de urânio, estimada em 309.000 toneladas do minério encontradas nos estados da Bahia, Ceará, Paraná e Minas Gerais.

Segundo as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), a reserva pode ser maior, com os estados da Região Norte podendo abrigar mais 300.000 toneladas.

E o ministro louco para

passar para os estrangeiros, principalmente aos norte-americanos.

Bento Albuquerque frisou que há um interesse crescente do capital estrangeiro pela usina nuclear Angra 3.

O ministro informou que até junho será definido o modelo de licitação internacional para a entrega da usina.

Ele defendeu ainda a privatização das refinarias da Petrobrás e o aumento de participação das multinacionais no pré-sal.

Assim, quer que seja acelerado o leilão dos barris de barris de petróleo excedentes da cessão onerosa.

## Com crise, lojas voltam a fechar no 1º trimestre

A estagnação da economia atingiu em cheio o número de lojas no país, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio. O saldo entre lojas abertas e fechadas, nos primeiros três meses do governo Bolsonaro ficou negativo em 39 unidades, a primeira queda desde o quarto trimestre de 2017.

O comércio varejista voltou a fechar mais lojas do que abrir em meio à crise que derubou a produção industrial, as vendas do comércio varejista e o volume do setor de serviços no primeiro trimestre deste ano.

Apesar do pequeno número de lojas que encerraram suas atividades, no último trimestre de 2018 o saldo entre abertura e fechamento de lojas foi positivo em 4,8 mil unidades.

Segundo o economista-chefe da CNC, responsável pelo estudo, Fabio Bentes, a expecta-

tativa era de que 2019 encerrasse com a abertura líquida de 22 mil lojas. "Essa previsão vai derreter como todas as previsões de indicadores têm derretido. Seguramente não vamos ter crescimento no número de lojas e há o risco de que o ano termine com um número negativo", diz Bentes.

Os dados de abertura de lojas fazem parte de estudo da CNC feito com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O desemprego recorde, atingindo 13,4 milhões de brasileiros entre 28 milhões no subemprego, além da renda arrocada e os altos juros ao consumidor, reforçam a avaliação do economista da CNC de que este será mais um ano perdido para a expansão do varejo. "Os números mostram que o varejo está indo para o ralo de novo e quem tinha planos de expansão deve estar

engavetando", declarou Fabio Bentes.

Ele lembra que no fim do ano passado, pesquisa feita pela CNC apontava que quase metade dos entrevistados pretendia abrir lojas ou ampliar as existentes. Hoje, esse indicador está abaixo de 40%.

Entre os segmentos que mais fecharam lojas no primeiro trimestre estão o de vestuário e de calçados, cerca de 400. Foi também os que mais demitiram no período: 65,7 mil pessoas, de um total de 101,4 mil funcionários no varejo como um todo.

"O segmento de vestuário é o mais democrático do varejo, tem tíquete médio para todos os bolsos", afirma Bentes. Para ele, o fato de esse segmento ser o mais atingido revela a grande abrangência da crise.

Com informações do Estadão

## CNI: indústria segue estagnada em abril

Os dados da Sondagem Industrial do mês de abril, divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), confirmam a estagnação da economia.

Segundo a CNI, o nível de atividade permanece baixo, "com elevada ociosidade do parque produtivo, e a indústria está trabalhando com estoques indesejados pelo terceiro mês consecutivo".

"Nesse cenário de fraqueza da atividade econômica, os empresários estão reavaliando suas expectativas. A maioria dos índices registra queda há três meses. Ainda há otimismo, mas as perspectivas são cada vez menos positivas. A intenção de investimento também se encontra em queda", diz a entidade.

Na comparação com o mês de março, a produção industrial em abril ficou próxima da "estabilidade" e "houve destruição de postos de trabalho na indústria em abril". Ambos indi-

cadores ficaram abaixo da linha divisória de 50 pontos. O indicador varia no intervalo de 0 a 100. Valores abaixo de 50 indicam queda frente ao mês anterior.

**OCIOSIDADE**  
A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) continua em 66% desde janeiro. O índice de 2019 é inferior ao registrado no mesmo mês de abril de todos os anos entre 2011 e 2015. O índice de evolução do nível de estoques ficou em 50,7 pontos em abril, o que revela aumento dos estoques na comparação com o mês anterior. São três meses que a indústria acumula "estoques em excesso".

Com a economia no fundo do poço e sem qualquer sinalização por parte do atual governo em tirar o país da crise, com investimentos, menos juros e mais empregos, os empresários estão "menos otimistas" e "a intenção de investir caiu pelo terceiro mês seguido".

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18,

3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP

70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Camp 2 Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Vice-presidente do PDT e ex-ministro

## Ciro: “o país está sendo governado por um doente”

O ex-governador **Ciro Gomes** (PDT) afirmou, em vídeo publicado no último fim de semana, que o país está sendo governado por uma pessoa doente. “Para entender o Bolsonaro, nós precisamos entender a psicologia de um homem doente, quase doente”, disse **Ciro**.

“O Bolsonaro tem ódio ao estamento militar. Mas ele foi expulso dali. Ele quebrou a hierarquia. Ele falou contra os seus superiores e ele está estabelecendo uma espécie de vindita”, acrescentou.

“Se você quiser entender o Bolsonaro, você vai vendo várias coisas. Por que o Bolsonaro tem esse ódio anti-intelectual? É porque ele é curto. A capacidade de raciocínio dele em abstrato é quase um burro, é quase um jumento. É um imbecil mesmo. E aí ele tem ódio aos letrados, ele tem horror a isso”, apontou **Ciro Gomes**.

**Ciro** falou também sobre a proposta do governo para a Baía de Angra, no Rio. “Por que Bolsonaro quer transformar a Baía de Angra dos Reis numa nova Cancun. É porque ele foi multado pescando ilegalmente lá. Ele tem horror à questão ambiental”, explicou o ex-governador, acrescentando que “essa coisa do gay. Faz piada com o tamanho do pênis dos orientais”. “Ele não tira isso da cabeça. Isso tudo é um problema de armário”, concluiu **Ciro**.

# Atos pela Educação deram de goleada nos atos bolsonaristas

Reprodução/Globonews



Nelson Almeida/AFP



## Ato bolsonarista, no domingo Manifestação pela Educação Senadores articulam para devolver o Coaf ao Ministério da Justiça

Senadores de vários partidos avaliaram que há como aprovar, nesta terça-feira (28), a manutenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sob o controle do ministro da Justiça, Sérgio Moro, e reverter a decisão tomada pela Câmara dos Deputados que passou o órgão para o Ministério da Economia, dirigido por Paulo Guedes.

A votação do projeto de lei de conversão da medida provisória 870 (MP), que trata da reforma administrativa do governo federal, é a prioridade do plenário na sessão desta terça.

O texto original da medida editada pelo governo transferia o Coaf do Ministério da Economia para a pasta da Justiça, mas os deputados decidiram que o órgão deve voltar para o controle do ministro Paulo Guedes.

O líder do Podemos, Alvaro Dias (PR), defendeu o texto original da medida provisória. “Vamos tentar mais uma vez, com requerimento de destaque, para que o Coaf possa permanecer no âmbito do Ministério da Justiça, já que entendemos ser o local adequado para sua existência”, disse.

“O mandato do ministro Moro termina, o Ministério da Justiça fica e há que se instrumentalizá-lo para o combate à corrupção e às organizações criminosas, ao crime organizado, à evasão de divisas, à lavagem de dinheiro, à corrupção de forma geral”, acrescentou Dias.

Para o líder do PP, senador Esperidião Amin (SC), o Coaf deve ficar com Moro, que é uma figura ligada diretamente ao combate à corrupção sistêmica no Brasil, com “reconhecimento mundial” em função do

trabalho que desempenhou na Operação Lava Jato. “Temos tempo. Se o Senado votar amanhã (terça), a Câmara analisa na quarta. Temos tempo, a Câmara sempre manda matérias em cima da hora para o Senado e votamos, não somos carimbadores”, afirmou.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) disse que o placar da votação será apertado e imprevisível. “A votação vai ser nominal, vão pedir verificação, vai abrir o painel, vai ficar com a digital de quem votou e de um jeito ou de outro, vai ser apertado, mas eu acho que o Coaf vai para o Ministério da Justiça”, declarou.

“É importante que fique com o Moro, devido a esse projeto de combate à corrupção e a Operação Lava Jato”, afirmou.

Texto na íntegra em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Bolsonaro manda recado: não quer que Senado retire Coaf de Guedes

Jair Bolsonaro (PSL) já mandou um recado para os senadores governistas depois da votação, nesta quinta-feira (23), da [MP 870 na Câmara](#). Não é para fazer nenhum movimento de retorno do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Justiça, comandado por Sérgio Moro.

“No meu entender [o Senado], deve aprovar o que foi votado na Câmara e vamos seguir em pautas mais importantes”, disse Bolsonaro, em vídeo, divulgado nesta quinta-feira (23). (Assis-

ta vídeo abaixo)

A proposta de retorno do Coaf para o Ministério da Economia foi incluída na Medida Provisória 870 pelo líder do governo no Senado, [Fernando Bezerra Coelho](#), relator do projeto na Comissão Especial que analisou a proposta. Inicialmente o governo tinha sinalizado que iria transferir o Coaf para Moro.

Depois que o senador Flávio Bolsonaro (PSL) passou a ser investigado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro em função de uma denúncia do Coaf, todos os esforços do governo passaram a

ser feitos para colocar rédeas ao órgão. Flávio é investigado por lavagem de dinheiro, organização criminosa e peculato.

Em entrevista à Band, nesta mesma quinta-feira (23), Bolsonaro deu mostras do que pretende fazer com o órgão nas mãos de Guedes. “O Coaf tem que ter suas limitações. Não pode vaziar como vem... (...) O ano passado vazou muita coisa ao arripio da lei. O Coaf é um órgão de assessoramento não é de investigação de nada”, salientou Bolsonaro.

Leia texto na íntegra em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Ministério Público denuncia que decreto das armas do governo favorece milícias

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão do Ministério Público Federal (MPF), afirmou, em nota técnica na sexta-feira (24), que o decreto de Bolsonaro sobre armas pode favorecer “organizações criminosas e milícias”. O

órgão considera também que o decreto é inconstitucional.

O documento foi entregue ao Congresso Nacional e à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a exemplo do que fez quando a primeira versão do decreto foi assinada. A

PFDC afirma que a nova versão do decreto presidencial “não só manteve a inconstitucionalidade e ilegalidade” do texto anterior como “em diversos aspectos agravou a violação” ao Estatuto do Desarmamento.

Íntegra do texto em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## “Só quem não conhecia Bolsonaro podia esperar coisa boa”, diz Alberto Goldman

Alberto Goldman (PSDB), ex-deputado, ex-governador de São Paulo e ex-ministro no governo Itamar Franco, voltou a criticar o atual governo e afirmou que só “quem não conhecia Bolsonaro podia esperar coisa boa”.

Sobre Bolsonaro, Goldman pontuou em uma rede social: “É primário, despreparado”. “Enquanto o país sofre

com o desemprego e fica para trás na produção de bens e serviços, ele (Bolsonaro) brinca de mocinho e bandido escrevendo decretos sobre uso de armas. Chega às raíças da alienação”, assinalou.

Em janeiro, após a eleição presidencial, o ex-governador já alertava que Bolsonaro representava “o setor mais reacionário e retrógrado da sociedade”.

## Comparação é devastadora contra o governo

As manifestações de domingo não juntaram muita gente porque não podiam juntar muita gente. Não existem muitos brasileiros – ou seres humanos, em qualquer parte do mundo – que se reúnam para apoiar a volta ao escravagismo, o extermínio dos idosos (os idosos pobres, bem entendido) ou a obrigação forçada de ser ignorante.

Se o leitor acha que estamos exagerando, vejamos a experiência de Mariana Motta, do [Canal Púrpura](#).

Mariana saiu à rua, no domingo, no meio da manifestação bolsonarista em São Paulo, na Avenida Paulista, com cartazes em que escreveu as coisas mais absurdas que pôde imaginar:

“Não quero me aposentar”

“Não à ditadura gayzista, chega de heterofobia”

“Brasil e EUA acima de tudo”

“Chega de universidades! Armas sim, bolsos não”

Só faltou exigir que a reitoria da USP seja entregue ao Olavo de Carvalho, para que este, depois de fechar a universidade, toque fogo nas suas bibliotecas (se é que ela não o fez: [vídeo completo](#) da experiência de Mariana com os bolsonaristas de domingo tem 1h11min55s, portanto, não assistimos tudo, algo que o leitor poderá fazer, pois é muito divertido).

Resultado das experiências de Mariana: foi aplaudida intensamente e por pouco não se torna musa dos bolsonaristas. Logo ela, que está muito mais para a esquerda. Para completar, os bolsonaristas distribuíram imagens de Mariana e seus cartazes surrealistas em suas próprias páginas nas “redes sociais”. Eles acharam geniais as reivindicações da “youtuber”.

Supomos que, se aparecesse alguém propondo que o Prêmio Nobel da Paz fosse concedido postumamente a Adolf Hitler, talvez também fosse muito bem, aplaudido...

Uma coisa dessas não podia juntar muita gente.

Não é uma avaliação apenas nossa.

O deputado Marcelo Ramos, presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, disse o seguinte sobre as manifestações bolsonaristas:

“Julgo que Bolsonaro se isolou com seu eleitorado radical, perdeu o eleitor moderado e rompeu barreiras em que terá de negociar sozinho os votos para aprovar as matérias de interesse do governo.”

Uma conhecida jornalista, defensora tenaz da “reforma da Previdência”, escreveu:

“Ao longo do dia, foram sendo desmontadas algumas narrativas erigidas depois do protesto, como a de que a rua, em coro, pediu reforma da Previdência. (...) se for usar a pressão popular para acuar o Congresso, Bolsonaro corre o risco de dar um tiro no pé” (Vera Magalhães, [No dayafter, nuvens no céu para o governo](#), 27/05/2019).

Em São Paulo, os bolsonaristas aproveitaram uma via pública que, aos domingos, é fechada para que a população tenha um espaço de lazer, para engrossar suas fotos com aqueles que nada tinham a ver com sua manifestação.

Mesmo assim, como se pode ver no vídeo do [Canal Púrpura](#), o comparecimento foi ralo, apesar dos oito caminhões de som, das convocações de Bolsonaro e adeptos, do dinheiro colocado pelo lumpem-empresariado que o segue, etc.

Um dos pontos culminantes foi o discurso do sr. Oscar Maroni, dono do prostíbulo “Bahamas Night Club” e organizador do concurso Miss Garota de Programa, condenado por exploração do metretício – e depois absolvido, pelo Tribunal de Justiça, com a alegação de que as prostitutas apenas frequentam o seu estabelecimento, e lá exercem o seu ofício, mas não são funcionárias dele. No carro de som do “Revoltados Online”, Maroni, o empreendedor, berrou: “Bolsonaro, nós te amamos. Porque você está bem intencionado, bem diferente do gordinho do Rodrigo Maia”.

Trata-se de um autêntico defensor da família, especialista em boas intenções.

São Paulo não foi muito diferente do Rio, onde houve espaço vazio até para que um grupo de ex-paraquedistas – inclusive com suas panças hoje algo pronuniciadas – fizesse uma espécie de carreirinha (não, leitor, não vamos sugerir comparações de ordem ferroviária) no meio do pessoal.

Espantosamente (ou não) um dos altos da manifestação, que começou com gritos de “Olavo, o Brasil te ama”, eram os militares.

Havia uma grande concentração de trios elétricos na avenida Atlântica. Aliás, apesar do espaço e do tempo não ser grande, houve de tudo. Desde um grupo

pedindo que Bolsonaro enquadre a OAB e extinga o exame para ser advogado (deve ser por isso que eles querem acabar com as universidades: é o único jeito de não levarem pau nas provas) até grupos exigindo que “o povo tome conta do que é dele” (só pode ser a ala comunista do bolsonarismo), passando pelos que queriam fechar a Câmara, fechar o Senado, fechar o STF, fechar o Centrao (?), fechar o Exército, fechar o MBL (um cartaz dizia: “MBL = Movimento Bum-bum Livre”) e fechar o Rodrigo Maia (não foi bem isso? Bem, leitor, como dizia aquele economista, o que importa é o espírito da coisa).

Nenhum desses grupos era maior que o dos monarquistas (será que querem o Bolsonaro como rei, em vez de algum Orleans e Bragança?). Mas, todos eles juntos, até que faziam certa figura.

Longe de nós, aqui, a ideia de subestimar as manifestações bolsonaristas. Pelo contrário, até porque esse pessoal que apoia o Bolsonaro existe – ainda que boa parte pareça já embalsamada, física ou mentalmente.

Agora, é como diz o senador Randolfe Rodrigues: “nem se compara com os protestos do dia 15, estão muito abaixo. Se for comparar com o dia 15, foi um 7 a 1 para o dia 15”.

Isso, com o presidente da República recém-eleito convocando, com toda a sua trupe berrando há 15 dias ou mais, com mais de um carro de som por quarteirão (na avenida Paulista, por exemplo, nossa reportagem registrou oito carros de som para menos que isso de manifestação – e longe de ser compacta).

E vamos ser precisos: a metáfora do senador é boa, mas a comparação com as manifestações contra os cortes da Educação nem é, na verdade, 7 para 1. Talvez o mais próximo seja 12 para 1 – ou alguma coisa mais.

Existe um aspecto de Bolsonaro que frequentemente é apagado por aquele outro, em geral mais proeminente – a sua estupidez. Trata-se do ridículo. O problema é que esse último aspecto é, na verdade, uma sublegenda do primeiro.

Veja o leitor o seguinte vídeo, gravado e postado por seus apoiadores no último domingo: [Bolsonaro fala sobre as manifestações em emocionante discurso na igreja após receber oração](#).

Se isso não é o cúmulo do ridículo – o sujeito, só para lembrar, é presidente da República -, ninguém sabe o que é ridículo.

Disse Bolsonaro que as manifestações que ele próprio convocou era “uma manifestação espontânea, com uma pauta definida”.

Manifestação espontânea com pauta definida? Uai, quem estabeleceu a pauta? Era também “espontânea”? Mas era “definida”?

Por exemplo, aqueles trogloditas que, no domingo, tiraram uma faixa com os dizeres “Em Defesa da Educação” na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Era essa a pauta definida? (v. [Bolsonaristas arrancam faixa “Em defesa da Educação” da UFPR](#)).

Ou aqueles que, em São Paulo, enterraram, sob lápides, a Previdência, a Educação, a liberdade de expressão e o escambau. Era essa a pauta?

Nós aqui, fizemos um levantamento das manifestações bolsonaristas. Inclusive, como se diz, *in loco*.

Mas, cá entre nós, reunir algumas senhoras que pareciam não ver a luz do Sol há muitos anos, para ser contra pagar aposentadoria aos trabalhadores – elas, evidentemente, não precisam de aposentadoria, até porque jamais trabalharam – não é um prodígio.

Que a isso se juntem alguns poucos jovens oligofrênicos a imbecis já adultos, é coisa já vista no mundo, várias vezes. Um pouco mais extravagantes eram aquelas outras mulheres, vestidas como se fossem ao Jockey para algum Grande Prêmio.

Porém, o bolsonarista típico é o rufião. Veja-se o vídeo do Paraná ou o discurso do sr. Maroni em São Paulo, ou o do próprio Bolsonaro na igreja evangélica em que recebeu a bênção (apesar de, segundo o pastor, Bolsonaro ser enviado diretamente por Deus).

O bolsonarista típico é o rufião, o arruaceiro, o caféto, o “miliciano”. Fora isso, o mais interessante é que Bolsonaro – há sete meses, eleito com 57,7 milhões de votos – esteja murchando tão rapidamente.

As manifestações de domingo, nem os principais grupos que participaram da campanha de Bolsonaro apoiaram – e ele e seus sequazes reagiram com a ingratidão que lhes caracteriza.

Mas isso é somente o começo do definhamento.

C.L.

## Orlando: “atos foram mais um tiro no pé de Bolsonaro”

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que os atos realizados no domingo (26) por bolsonaristas foram “mais um tiro no pé”. Os atos foram marcados por manifestações contra o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional e a favor da liberação das armas.

“Mesmo com incentivo do próprio presidente, foi pouca gente para rua e parte dos atos com uma pauta antidemocrática, destrutiva”, observou o parlamentar. Segundo Orlando Silva, após as manifestações “o governo fica ainda mais fraco e isolado”. “Bolsonaro deve estar de ressaca”, escreveu em suas redes sociais.

O deputado também criticou a reforma da Previdência que, caso seja aprovada no Congresso Nacional, vai acabar com o sonho da aposentadoria de milhões de brasileiros.

## Queiroz não pagou só R\$ 64 mil em dinheiro vivo. Total foi de R\$ 133,5 mil

Quanto mais se puxa o novelo do escândalo Fabrício Queiroz/Flávio Bolsonaro, mais surpresas vão aparecendo. Primeiramente descobriu-se que o motorista de que e agora senador, Flávio Bolsonaro, pagou a conta de R\$ 64,5 mil da cirurgia feita no Hospital Albert Einstein em dinheiro vivo. Disse ele que o dinheiro “estava guardado em casa”.

Agora vem a informação divulgada pelo jornal O Globo de que, na verdade, a despesa foi muito maior. Foram desembolsados R\$ 133,58 mil, também pagos em dinheiro vivo.

O ex-motorista, que teve flagrada em sua conta, pelo Conselho de Acompanhamento e Fiscalização (Coaf), uma movimentação milionária, que chegou a R\$ 7 milhões entre 2014 e 2017, alegou que o montante de dinheiro vivo usado para quitar a conta do hospital estava guardado em sua casa. Seria usado (sic) para amortizar

o financiamento de um apartamento na Taquara, em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio.

Os pacotes de dinheiro foram entregues à tesouraria do hospital pela mulher de Queiroz, Márcia Oliveira de Aguiar, que era, junto com mais duas filhas, funcionária fantasma do gabinete de Flávio Bolsonaro.

A nota do hospital (abaixo) registra o pagamento dos R\$ 64,5 mil. Os outros R\$ 69 mil, que foram pagos também em espécie, teriam sido usados, segundo a defesa de Queiroz, para pagamentos “por fora” de funcionários do hospital que participaram da cirurgia.

O Hospital Albert Einstein está devendo uma explicação à sociedade. Por que recebeu em dinheiro vivo um valor tão alto de uma pessoa que está sendo investigada por lavagem de dinheiro e não informou às autoridades? No mínimo é uma atitude suspeita.

Íntegra do texto em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# Ministra denuncia a manipulação das provas do crime de Guadalupe

“Tenho dúvida se isso ocorreria com um loiro de olho azul em Ipanema”, indagou a ministra do STM durante julgamento de habeas corpus para militares que assassinaram Evaldo Rosa e Luciano Macedo

A ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM), na complementação de seu voto – proferido uma semana antes – contra soltar os atiradores que assassinaram Evaldo Rosa e Luciano Macedo, em Guadalupe, no Rio, apontou que os acusados falsificaram provas, ao apresentar fotos de viaturas com marcas de tiro, que não foram usadas por eles. “Durante o auto de prisão em flagrante, ao utilizarem-se da mentira, que inclusive comprometeu o Comando Militar do Leste, comprometeu a própria credibilidade do Exército, eles instilaram para que viessem aos autos três fotos de viaturas atingidas”, disse a ministra.

Exibindo as fotos, ela mostrou que a viatura usada pela patrulha, um transporte Agrale Marruá, não tinha uma só bala, como, aliás, fora constatado pela perícia.

No entanto, foram anexas, no processo, fotos de outras viaturas, com marcas de balas.

“Tais viaturas de fato possuem marca de tiro, no entanto, em tais fotografias, que são parte de veículos, se percebe nitidamente que se tratam de automóveis completamente diferentes daquele que estava sendo utilizado na ação. Os militares que engendraram esse esquema arditoso para enganar o Comando do Leste apresentaram fotos de blindados que foram de fato alvejados por tiros.

“Só que os militares não trafegavam nesses blindados. Eles trafegavam numa viatura em que não se constatou tiro algum. Os militares forjaram em três fotografias inidôneas que haviam sido alvejados durante a ação quando, na verdade, o veículo que dirigiam era outro e que a perícia não constatou nenhum disparo ou nenhum tiro.

Ressalvando que, em sua opinião, um réu tem direito a ampla defesa, “tem até o direito de mentir”, mas “não pode prejudicar a instrução processual”, prosseguiu a ministra: “Neste caso, em concerto múltiplo, os réus apresentaram 3 fotografias de veículos blindados alvejados por alguma razão como se fossem os veículos que eles estavam dirigindo no momento. Sendo que o veículo que eles dirigiam no momento da ação não foi atingido por disparo algum.”

“Destarte, de fato, foi engendrado um esquema para escamotear a verdade. Daí o perigo de colocar em liberdade os envolvidos e estes novamente buscarem manipular as investigações.”

A ministra Maria Elizabeth mostrou que todos os tiros foram disparados contra o carro em que Evaldo Rosa conduzia a família para um chá de bebê. Não houve nenhum tiro disparado contra a viatura dos militares.

Somente o tenente Italo da Silva Nunes, chefe da patrulha, disparou 77 tiros de fuzil e 11 tiros de pistola 9 mm, lembrou a ministra, lendo a perícia. Ao todo foram disparados 257 tiros.

“Ainda que os supostos assaltantes estivessem no carro branco suspeito, não poderíamos os militares supor que ali pararam, munidos de duas pistolas, com intuito de enfrentar uma tropa armada”, disse a ministra.

“Como pontuaram as testemunhas, [os acusados] já chegaram ao local atirando, sendo que ninguém viu ou ouviu qualquer tiro ser disparado em direção à tropa, ao contrário do que alegaram.

“Não houve troca de tiros, porque os disparos e os cartuchos encontrados foram todos localizados numa direção e não houve, então, direções opostas que pudessem, então, de alguma maneira ensejar

que houve uma troca de tiros, como esses militares que participaram da ação alegaram.

“Das condutas dos réus, eles se valeram de um excesso injustificável. Pré-julgaram as vítimas com base em suas características étnico-sociais.

“Um fato desses ocorreu num subúrbio do Rio de Janeiro com um hipossuficiente [pobre] negro.

“Talvez este fato não tivesse ocorrido em Ipanema, na zona sul do Rio de Janeiro.”

Essa observação da ministra provocou desconforto em alguns outros ministros. Um deles, o ministro Odilson Sampaio Benzi, protestou, dizendo que aquele tema “contaminava” a discussão do habeas corpus para os atiradores de Guadalupe.

A ministra Maria Elizabeth continuou:

“Lamentavelmente no nosso país a discriminação racial ainda é levada em conta, os estereótipos ainda são levados em conta para se ferir dignidades, ou seja, para se verificar pelo menos presumivelmente quem pode ou quem não pode ser bandido.

“Quando um negro, pobre, no subúrbio do Rio de Janeiro é confundido com um assaltante, eu tenho dúvida se isso ocorreria com um loiro de olho azul em Ipanema, vestindo uma camisa Hugo Boss.

“Acho que existe, sim, ainda, um determinante racial, um determinante socioeconômico que confere identidades equivocadas no nosso País a determinados indivíduos. Isso, lamentavelmente, interprete eu, aconteceu nessa tragédia em Guadalupe.”

## RESULTADO

No dia 7 de abril, uma patrulha composta por 12 militares disparou contra o carro do músico Evaldo Rosa, um Ford Ka branco, na Estrada do Cambotá, quase esquina com a Avenida Brasil, no Rio de Janeiro.

Atingido por nove balas de fuzil, Evaldo Rosa morreu na hora. Seu sogro, Sérgio Araújo, apesar de ferido, conseguiu parar o carro.

Auxiliados por Luciano Macedo – trabalhador desempregado que, com a esposa, Daiana Horrara, grávida de cinco meses, catava materiais no local – a esposa de Evaldo, Luciana Nogueira, o filho de Evaldo, Davi, e uma amiga da família, Michele Neves, conseguiram sair do carro.

Luciano Macedo foi atingido por três balas nas costas – e faleceu no dia 18 de abril, no Hospital Carlos Chagas, para onde fora levado após a chacina.

Depois de inicialmente divulgar a versão de que a fuzilaria fora resposta a um assalto, o Comando Militar Leste, quando a família protestou, mandou prender os integrantes da patrulha (v. [Presos 10 militares que despejaram 80 tiros em uma família no Rio de Janeiro](#)).

Posteriormente, a juíza Mariana Queiroz Aquino Campos, da 1ª Auditoria Militar do Rio de Janeiro, decretou a prisão preventiva dos nove membros da patrulha que atiraram em Guadalupe.

O julgamento no STM, que findou na quinta-feira (23/05), foi de um habeas corpus para que os atiradores de Guadalupe respondessem ao processo em liberdade.

Somente a ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha votou pela manutenção da prisão preventiva. O ministro José Barroso Filho votou por manter a prisão preventiva apenas do tenente Italo da Silva Nunes e pelo recolhimento cautelar noturno dos demais.

A maioria dos ministros do STM, no entanto, votou pela soltura dos réus de Guadalupe.

C.L.



Eles utilizaram da mentira e comprometeram a credibilidade do Exército



Defensores de Bolsonaro arrancaram a faixa da UFPR durante ato do dia 26

## Faixa “Em defesa da Educação” colocada em frente à UFPR é arrancada por bolsonaristas

Um grupo de bolsonaristas arrancou, durante o ato deste domingo, uma faixa colocada em frente à sede da reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que continha os dizeres: “Em defesa da Educação”. Segundo os manifestantes, a faixa foi arrancada porque “não se pode usar um prédio público para questões ideológicas” (veja vídeo abaixo).

A denúncia foi feita pelo próprio reitor da UFPR, Ricardo Fonseca. “Neste exato momento, manifestantes retiraram, com muitos aplausos, uma faixa no Prédio Histórico da UFPR em que estava escrito: ‘Em defesa da educação’. Inacreditável”, disse Fonseca pelo Twitter.

O ato violento dos bolsonaristas pelo país é espelho do ambiente de obscurantismo difundido por Jair Bolsonaro e seu ministro da Educação,

Abraham Weintraub, em campanha contra as universidades públicas, promovendo perseguições e cortes de verbas.

A política de arrocho realizada pelo governo poderá inviabilizar as instituições federais de ensino. Com o corte de 30% da verba de custeio das universidades, contas como as de água, luz, despesas com manutenção e limpeza, ficam seriamente comprometidas.

De acordo com levantamento da Associação Nacional dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), no caso da UFPR, o corte é da ordem de R\$ 120 milhões, 28% do valor que deveria ser destinado ao custeio da universidade.

### EM DEFESA DA UFPR

O professor e reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ricardo Marcelo Fonseca, defendeu as universidades públicas durante sessão ordinária

da Assembleia Legislativa (Alep) na segunda-feira (20) passada.

“Esse corte virtualmente inviabiliza o funcionamento da nossa instituição já no início do segundo semestre”, alertou o reitor, que citou o apoio recebido de senadores, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Câmara Municipal de Curitiba, de centrais sindicais e do Instituto Democracia e Liberdade.

“A exemplo do que temos visto na imprensa e nas ruas, o que a Reitoria da UFPR solicita aos representantes do povo paranaense é uma posição firme, necessária, urgente, de solidariedade a essa universidade que corre risco de não ter o seu funcionamento no segundo semestre, a essa universidade que é um patrimônio dos paranaenses”, disse Ricardo.

## Cemig é “entreve” para Minas Gerais, disse o privatista Zema

Em discurso a empresários na quinta-feira (23), durante evento realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), o governador Romeu Zema (Novo) afirmou que a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), umas das mais importantes do país “é um entrave para desenvolvimento de Minas”.

Zema direcionou suas críticas para o papel do estado enquanto provedor do desenvolvimento, defendendo que cabe ao poder público “ditar as regras e não empreender”, tarefa que deve ser repassada ao setor privado. Ele apontou a Cemig como um dos fatores que emperra o crescimento do estado, por causa de barreiras burocráticas.

“Nos últimos anos, eu gosto de mencionar, a nossa empresa de energia

elétrica, a Cemig, serviu mais com um entrave ao desenvolvimento, do que agente propulsor”, disse.

A Cemig é a maior empresa integrada do setor de energia elétrica da América do Sul, em número de clientes, e a maior da América Latina, em quilômetros de rede e de equipamentos e instalações.

A estatal mineira Cemig reportou lucro líquido de R\$ 797,2 milhões no primeiro trimestre de 2019, alta de 71,6% na comparação anual, em resultado impulsionado por suas vendas de energia e ganhos com operação de hedge. Em balanço realizado no dia 16, a companhia apontou que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) somou R\$ 1,46 bilhão, expansão de 45,1% na comparação

anual. Em seu discurso, Zema defendeu ainda a reforma apresentada pelo governo Bolsonaro para a previdência e afirmou que encaminhará para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais pacote com as propostas para que o estado possa aderir ao regime de recuperação fiscal proposto pela União.

O regime é o mesmo que o governo de Luís Fernando Pezão implementou no Rio de Janeiro durante seu governo e tem como princípio o congelamento dos salários dos servidores, fim de novas contratações e a venda das estatais. Pezão atualmente está preso na Unidade Prisional da PM, em Niterói, Região Metropolitana do estado. Ele foi preso durante a operação ‘Boca de Lobo’ acusado de receber aproximadamente R\$ 40 milhões em esquemas de corrupção.



## W. Witzel coloca falso doutorado em Harvard no seu currículo lattes

Wilson Witzel (PSC-RJ), atual governador do Rio de Janeiro, mentiu em seu currículo Lattes ao informar que parte de seu curso de doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF) teria sido feito na universidade norte-americana de Harvard. A falsificação foi desmentida pela UFF.

A denúncia feita pelo jornal “O Globo” foi confirmada pela assessoria do governador, que alegou que o registro na plataforma digital “dizia respeito a uma intenção de Witzel” no momento em que começou o doutorado, em 2015, quando ainda era juiz federal, e que será corrigida.

A assessoria de comunicação da UFF confirmou que o governador está cursando o doutorado na instituição, mas informou que ele nunca pediu para participar da seleção que escolhe os alunos que seriam enviados a Harvard com bolsa paga pelo governo brasileiro. As inscrições para o período em Harvard estiveram abertas entre 2015 e 2018. Esse tipo de curso é conhecido como “sanduíche”, quando o aluno faz parte do doutorado em outra instituição, parceira daquela em que ele estuda.

Segundo a reportagem, o governador estuda em seu doutorado o tema “judicialização da política” no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia e tem até 31 de agosto para defender sua tese e concluir o curso. A rigor, o governador deveria ter concluído o doutorado em fevereiro, mas pediu à instituição uma prorrogação de seis meses – uma extensão de prazo que pode ser solicitada por qualquer aluno.

O currículo de Witzel registra ainda uma especialização em direito empresarial, além de um mestrado em Direito Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo – o que foi confirmado pela instituição. De acordo com a assessoria do governador, todas as demais informações do currículo estão corretas.

Pelo visto, a mentira é prática comum nos currículos bolsonaristas. Em fevereiro de 2019, quando questionada sobre suas afirmações de que seria “mestre em direito constitucional e direito da família” e que possuía “mestrado em Educação”, a ministra de Bolsonaro, Damares Alves, disse possuir um “mestrado bíblico”.

## Racista que ameaçou matar a “negraçada” é novamente expulso do Mackenzie, em SP

Após uma disputa judicial, a Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo decidiu expulsar novamente o bolsonarista Pedro Baleotti, que gravou um vídeo durante as eleições de 2018 dizendo que a “negraçada vai morrer”. Ele se tornou réu por racismo e foi demitido do escritório de advocacia onde trabalhava.

A assessoria de imprensa do Mackenzie confirmou que, após novo processo administrativo instaurado na Corregedoria, Baleotti foi desligado da instituição em portaria publicada pela Reitoria em abril de 2019. A instituição após a divulgação do vídeo em outubro de 2018, logo o suspendeu. Em dezembro do mesmo ano, o aluno foi expulso, mas entrou com um recurso, gerando a disputa judicial.

A universidade informou que, após os trâmites institucionais, “o aluno foi expulso e receberá todos os documentos quanto aos créditos cumpridos”, pois “a instituição não coaduna com atitudes preconceituosas, discriminatórias e que não respeitam os direitos humanos”.

A nova expulsão de Pedro foi compartilhada nas redes sociais pelo Coletivo Negro AfroMack nesta sexta-feira (24). “É com um profundo sentimento de alívio que o Coletivo Negro AfroMack informa que Pedro Baleotti, estudante do curso de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie está oficialmente expulso da instituição”, sustenta a publicação.

“A decisão veio a muito custo, seis meses praticamente de luta. A portaria publicada em abril e só divulgada agora aconteceu pois precisávamos de um aval da reitoria. Não publicamos antes por estar sem a assinatura do reitor, o que ficamos cobrando por um mês para termos esse documento oficial”, explicou uma integrante do coletivo. Os membros do grupo consideram que, ao se exporem, há risco de sofrerem represálias internamente.

O vídeo que motivou a manifestação mostra o eleitor de Jair Bolsonaro (PSL) indo votar no domingo em Londrina, no Paraná. Ele afirma: “indo votar a ao som de Zezé, armado com faca, pistola, o diabo, louco para ver um vadio, vagabundo com camiseta vermelha e já matar logo. Tá vindo essa negraçada? Vai morrer! Vai morrer! É capitão, caralho”.



# Trabalhadores da construção civil fazem greve por reajuste



**Assembleias aprovou reajuste de 5,1% SP: motoristas conquistam acordo acima da inflação**

Em assembleia na quarta-feira (22) em frente à sede do Sindmotoristas, cerca de 5 mil motoristas e cobradores de ônibus da capital paulista decidiram aceitar a nova proposta salarial apresentada pelas empresas de ônibus. Com a decisão, a greve que estava marcada para esta quinta-feira foi suspensa.

O reajuste salarial apresentado pelo sindicato patronal, que inicialmente era de 4,42% passou para 5,10%. Nas negociações também houve consenso sobre benefícios como a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e o ticket-refeição. A PLR, que será condicionada ao número de faltas, pode chegar a R\$ 1.500,00 para o funcionário que não tiver nenhuma falta.

Também foi acordado a criação de uma comissão para discutir a pauta do setor de manutenção com as empresas.

Segundo o sindicato, a proposta aprovada é a melhor de todo o segmento de transportes do país.

O presidente em exercício do sindicato, Valmir Santana da Paz (Sorriso), destacou a importância da grande mobilização da categoria durante todo o processo da Campanha Salarial para que os resultados fossem alcançados. "A categoria e o sindicato tiveram uma jornada de luta cheia de obstáculos até chegarem a este momento tão aguardado de votar uma proposta com avanços econômicos e sociais".

A direção do sindicato também ressaltou o papel desempenhado nas negociações pelo deputado federal e presidente licenciado do Sindmotoristas, Valdevan Noventa, e pelo vereador Milton Leite, indicado pelo prefeito Bruno Covas, após o anúncio de greve da categoria, para mediar as discussões com o setor patronal.

"Impedimos a implantação do banco de horas, 1 (uma) hora de intervalo sem remuneração, reajuste salarial abaixo da inflação e outras maldades da nova Lei Trabalhista", afirmou Valdevan.

Fotos: Sinfracon-SP



**Os trabalhadores se dirigiram até o canteiro de obra da Construtora RFM, na Bela Vista, seguindo depois pela Avenida Paulista e Vale do Anhangabaú, até a Praça Roosevelt, onde decidiram manter a greve por tempo indeterminado**



**Carlos Litt, presidente do Sindicato dos Transportadores de Ijuí (RS) "Frete deverá ser cumprido ou resposta será nas ruas", afirma líder caminhoneiro**

A Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) realizou a última audiência pública sobre a tabela de fretes dos caminhoneiros autônomos, na quinta-feira (23 de maio), em Brasília. Os trabalhadores defendem que seja criada uma tabela de frete justa que cubra o custo do transporte e garanta aos caminhoneiros condições mínimas de trabalho.

De acordo com a categoria, a tabela com o frete mínimo serve como garantia de sobrevivência para os trabalhadores do setor, e é ainda mais necessária na atual situação do país de economia em retrocesso. "Não é humilhante para os senhores [caminhoneiros] que carregam o Brasil nas costas ter que brigar por aquilo que é só o justo?", disse Carlos Alberto Litt Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS), vice-presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), e um dos líderes da greve dos

caminhoneiros realizada em maio do ano passado. Um dos principais setores que se opõem à criação da tabela de preços é o do agronegócio, que alega que a definição de um frete mínimo cria uma "situação de insegurança jurídica e é responsável por aumentar os custos para o produtor".

"Nós estamos aqui mendigando para os senhores que dominam o PIB do país para termos o mínimo, que é o custo. Eu pergunto a qualquer um dos senhores, que são empresários: os senhores vendem a sua produção pelo preço de custo? Não colocam a lucratividade no seu produto? Agora, o transportador autônomo de carga tem que lutar para receber o preço do seu custo?", indagou Litt.

O dirigente sindical rebateu ainda a afirmação dos empresários de que "as empresas não trabalham com a dignidade humana. A dignidade é problema para o caminhoneiro autônomo". "Onde vivem essas pessoas que, para

continuar com seus lucros exorbitantes, exploram uma categoria menor, exploram uma categoria mais fraca? E para isso que serve o preço mínimo no frete, que numa situação do país como hoje, onde o país está parado, é a garantia de não morrer e poder sobreviver como categoria".

"No dia 20 de julho, quando for colocada a tabela, o governo precisa garantir que ninguém receberá valor menor do que o estabelecido. Se não, o recado está dado e será confirmado nas ruas", ressaltou.

Em sua intervenção Litt, também fez duras críticas às ações do governo Bolsonaro que está entregando as refinarias do país ao capital privado. "É uma política que impede a queda do preço do diesel, quando vende as refinarias, quando não usa 60% do refino para baixar o preço do óleo diesel que é o maior custo nessa planilha, que vai até 60%", afirmou.

**Trabalhadores reivindicam reajuste de 5,07% nos salários e no vale refeição**

Os trabalhadores da construção civil de São Paulo cruzaram os braços desde as primeiras horas da manhã desta segunda-feira (27), após a negativa dos patrões às principais reivindicações da categoria.

Um grupo de trabalhadores se concentrou em frente à sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sinfracon - SP) a partir das 5 horas da manhã.

Os trabalhadores se dirigiram até o canteiro de obra da Construtora RFM, na Alameda Rio Claro, na Bela Vista, seguindo depois pela Avenida Paulista e Vale do Anhangabaú, até a Praça Roosevelt, onde fizeram uma assembleia e decidiram manter a greve por tempo indeterminado.

A mobilização não aconteceu apenas no Centro de São Paulo. Obras em Pirituba e em outras regiões da cidade também foram paralisadas por decisão dos próprios trabalhadores.

"Unidos venceremos mais essa batalha. Fizemos muitas tentativas de negociação com o sindicato patronal, mas a campanha salarial chegou a um impasse", falou o presidente do sindicato, Antônio de Souza Ramalho, o Ramalho da Construção, no alto do carro de som que conduzia a passeata.

"Os patrões não querem ceder e nós também não vamos abrir mão de conquistas históricas, como eles querem, de aumento salarial digno e alimentação digna para esses trabalhadores tão sofridos, que dia após dia constroem esta cidade".

"Por isso cruzamos os braços. Se os patrões não cederem, nenhum bloco será assentado nas grandes obras de São Paulo", afirmou o presidente.

A pauta de reivindicações da categoria inclui aumento salarial de

5,07%, pisos salariais corrigidos em 5,7%, vale refeição de R\$ 35,00, café da manhã de qualidade e lanche da tarde, PLR de R\$ 2,5 mil, de acordo com a lei 10.101/2000, pagos em meses a combinar, e seguro de vida obrigatório para todos os trabalhadores e seus dependentes (devido ao alto índice de acidentes no setor, essa é uma das principais reivindicações da categoria), entre outros pontos.

Durante a manifestação, Ramalho denunciou o cartel da construção civil, formado pelas grandes empresas que dominam o sindicato patronal (Sinfracon), de ser o responsável por dificultar a negociação com os trabalhadores. "Eu até defendo os pequenos e médios empreiteiros, porque não são as 33 mil empresas de construções que decidem a Convenção Coletiva. São as 50 grandes do cartel que decidem e que não querem abrir mão de nada. O coração desse pessoal é o bolso. Eles culpam a crise, mas mesmo com crise, o valor do metro quadrado dos imóveis não caiu", disse.

Na última sexta-feira, o presidente da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel Torres, se solidarizou com a luta dos companheiros da construção civil e a greve.

"É fundamental que as demais categorias apoiem a paralisação, pois a união faz a força e uma expressiva conquista coletiva na Construção Civil servirá de parâmetro para as demais categorias que estão ou entrarão em campanha salarial", disse.

Os dirigentes do sindicato também se manifestaram pela Greve Geral do dia 14 de junho contra a reforma da Previdência, convocada pelas centrais sindicais, e convocaram os trabalhadores da construção civil a se unirem aos demais trabalhadores nessa luta.

## Servidores: "Não aceitaremos a destruição da Previdência"

Em assembleia geral no último dia 14, o Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) definiu aderir à Greve Geral contra a reforma da Previdência no dia 14 de junho e dar início à mobilização do servidor público para que se somem à paralisação.

"Temos que unir a força do serviço público aos trabalhadores da iniciativa privada. (...) precisamos organizar uma mobilização mais ampla, para dizer com todas as letras que não aceitaremos a destruição da Previdência Pública", ressaltou Rudinei Marques, presidente do Fonacate.

"Essa reforma prejudica os mais pobres. A base da chantagem, o governo diz que não vai repassar verbas aos Estados se a reforma da Previdência não for aprovada. E nos-

sa obrigação alertar a sociedade e os parlamentares sobre os perigos desse projeto", afirmou Marcelino Rodrigues, presidente da Anafe e secretário-geral do Fórum.

O Fórum, que congrega 32 entidades representativas de servidores da carreira de Procurador Federal, e outros que também integram carreiras e categorias jurídicas na estrutura do Serviço Jurídico da União, da Advocacia Consultiva da União e da Advocacia Geral da União, tem tido importante papel no debate e combate à PEC 06/2019 desde que ela foi apresentada pelo governo, com trabalho junto aos parlamentares, discussões técnicas e a elaboração de emendas à proposta, além da participação nos protestos e atos contra a reforma.



**Manifestação na Avenida do Estado Funcionários protestam contra venda da Sabesp**

Funcionários da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) realizaram uma manifestação na terça-feira (21), em frente ao prédio da Sabesp na Ponte Pequena, contra a Medida Provisória 868/2018 e contra a privatização da empresa, que já foi anunciada pelo governo João Dória.

Cerca de 4 mil pessoas participaram do ato, convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo (Sintaema).

A MP 868 altera o marco legal do saneamento básico no país e abre caminho para a concessão do setor à iniciativa privada.

"Vai significar tarifas mais altas e precarização dos serviços, além de prejudicar os trabalhadores e trabalhadoras da categoria", afirmou o presidente da CTB, Adilson Araújo.

A medida provisória foi editada no governo de Michel Temer e já estava na pauta para ser votada na Câmara dos Deputados, mas foi retirada depois que 24 governadores apresentaram aos deputados documento

contrário à medida.

O texto prevê que após a expiração dos contratos de serviço de saneamento existentes, contratos estes que são feitos entre municípios e empresas estaduais, poderão ser abertas licitações nas quais poderão participar tanto empresas públicas como privadas.

Para o presidente estadual da CTB e diretor do Sintaema, José Faggian, "a concessão do setor é um risco para a população". "Com a MP 868 as empresas serão obrigadas a fazer um chamamento público e isso vai direcionar a iniciativa privada somente para aqueles municípios que são considerados rentáveis", analisa ele.

"Hoje, nós temos a figura do subsídio cruzado. As grandes regiões metropolitanas acabam subsidiando os municípios com população baixa, que na lógica do capital não são rentáveis. Mas, ainda assim, você consegue expandir o saneamento", explica.

A MP 868 tem 15 dias para ser votada antes de caducar, ou seja, perder a sua validade, o que ocorre no dia 3 de junho.

Sintaema



**Manifestação na Avenida do Estado Funcionários protestam contra venda da Sabesp**

Funcionários da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) realizaram uma manifestação na terça-feira (21), em frente ao prédio da Sabesp na Ponte Pequena, contra a Medida Provisória 868/2018 e contra a privatização da empresa, que já foi anunciada pelo governo João Dória.

Cerca de 4 mil pessoas participaram do ato, convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo (Sintaema).

A MP 868 altera o marco legal do saneamento básico no país e abre caminho para a concessão do setor à iniciativa privada.

"Vai significar tarifas mais altas e precarização dos serviços, além de prejudicar os trabalhadores e trabalhadoras da categoria", afirmou o presidente da CTB, Adilson Araújo.

A medida provisória foi editada no governo de Michel Temer e já estava na pauta para ser votada na Câmara dos Deputados, mas foi retirada depois que 24 governadores apresentaram aos deputados documento

Reprodução

## Peronistas se encontram pela unidade rumo às eleições presidenciais

O Partido Justicialista da Argentina encabeça o processo de unificação de um amplo conjunto de forças políticas para conformar a Frente Patriótica que enfrentará a chapa neoliberal articulada por Mauricio Macri para as eleições presidenciais de outubro. O presidente do PJ, José Luis Gioja, está se reunindo com dirigentes de cerca de quinze forças políticas que devem se somar à coalizão, com o objetivo de apoiar a candidatura de Alberto Fernández e Cristina Kirchner, lançada dia 18.

O objetivo do PJ é chegar ao final deste mês com a frente eleitoral opositora já configurada. Ainda existem setores do peronismo que não desistiram de apresentar outras propostas nas eleições primárias, abertas, simultâneas e obrigatórias, PASO, que são pré-requisito da Junta Eleitoral argentina e se realizarão no dia 22 de junho, mas estão em franca minoria.

Já integram a aliança, denominada movimento de unificação, a Unidade Cidadã, a Frente para a Vitória, Kolina – com o deputado Carlos Castagneto na cabeça –, o Partido da Vitória – de Diana Conti –, Novo Encontro – de Martín Sabbatella –, a Frente Grande – de Mario Secco – e Compromisso Federal – sob a direção do governador da província de San Luis, Alberto Rodríguez Saá.

Entre as novas forças que se somarão se destacam os partidos Projeto Sul – liderado pelo cineasta Fernando “Pino” Solanas e Mario Cafiero –, Unidade Popular – dirigido pelos dirigentes sindicais Víctor de Gennaro e Claudio Lozano – e Somos – a agrupação encabeçada pela deputada Victoria Donda e pelo dirigente social do movimento Bairros de Pé, Daniel Menéndez.

Mostrando a amplitude da Frente que está se constituindo estarão ainda no encontro setores importantes do radicalismo como o Movimento Yrigoyenista – de Leopoldo Moreau –, o Partido Intransigente – presidido pela dirigente Adriana Díaz. E também o Partido Comunista – encarnado por Victor Kot y Jorge Kreyman –, o Partido Solidário – de Carlos Heller e Juan Carlos Junio – e a Forja, força liderada por Gustavo López.

Já as forças que discutem a chapa de Mauricio Macri estão em crise. A ideia da substituição da candidatura do desgastado presidente do país pela de María Eugenia Vidal, atual governadora da Província de Buenos Aires, voltou a ocupar espaço nos últimos dias tanto nos âmbitos políticos como nos debates midiáticos. Um dos cenários onde a questão se discutirá publicamente será na Convenção da União Cívica Radical, na próxima segunda-feira, 27.

No sábado, 25, acontecerá em Merlo, na grande Buenos Aires, a inauguração de um parque que levará o nome do ex-presidente Néstor Kirchner, ao cumprirem-se 16 anos do início de seu governo, em 2003. Deve ser o primeiro ato de campanha da chapa Alberto Fernández – Cristina Kirchner, que contará com a presença da maioria dos prefeitos da região, dirigentes e parlamentares do PJ.

## Professores chilenos rechaçam medida do governo de retirar a matéria História do ensino médio

O Conselho Nacional de Educação do Chile (CNE) decidiu que a matéria História deve deixar de ser obrigatória e passe à condição de “opcional” para os alunos da 3ª e 4ª série, os dois últimos anos do Ensino Médio.

No novo currículo, o órgão governamental ligado ao Ministério de Educação estabeleceu seis matérias obrigatórias nessas séries do secundário: Língua e Literatura; Matemática; Inglês; Filosofia e Ciências para a Cidadania e Educação Cidadã. Segundo o Ministério a decisão passará a valer a partir do próximo ano.

A carga acadêmica será mantida e dentro dela há duas horas em que o aluno poderá optar entre Religião, Educação Física, Artes ou História.

“Repudiamos de forma categórica a moção do CNE na medida em que se castiga severamente uma matéria já cerceada pelos diversos governos neoliberais no Chile. Desde a ditadura de Pinochet (1973-1990) passando pelo binômio Concerta-

ção /Aliança tem sido prejudicada a educação no Chile, tornando-a um bem de consumo. Neste cenário é que nos dirigimos a todos os atores da sociedade civil para que se somem a nossas demandas por meio de diversas mobilizações sociais que busquem reverter esta medida que afeta gravemente a já prejudicada disciplina de História e, em consequência, aos docentes que a ensinam”, manifestaram os Professores de História de Chile, organizados para esse fim, em documento intitulado “Repudiamos a decisão do Conselho Nacional de Educação”.

O reitor da Faculdade de Filosofia e Humanidades da Universidade do Chile, Carlos Ruiz, frisou que “me parece crítico que se tire a obrigatoriedade à matéria História, porque os estudantes requerem ferramentas para entender o presente que está sujeito às mudanças que o mundo vive. Não queremos formar jovens distantes dos problemas da sociedade e o conhecimento da História é chave disso”.

# Líder chavista defende “unidade da oposição por eleição presidencial”



O que se exige são eleições presidenciais diante do “fracasso estrepitoso que arruinou o país e que se tornou uma grande desgraça para os venezuelanos”, afirma Quijada

## Netanyahu é repudiado ao articular lei que o tornaria impune por crimes de corrupção

A condenação às manobras de Bibi Netanyahu para fugir da Justiça israelense, reuniu 80 mil israelenses (segundo os organizadores) no centro de Tel Aviv, no sábado à noite. Bibi quer forjar uma lei de imunidade que, se aprovada no Knesset (parlamento israelense), lhe servirá, de forma praticamente exclusiva, para fugir de 4 processos por corrupção (que o implicam em fraude, suborno e quebra de confiança).

Dos quatro, três já receberam apoio da Procuradoria-Geral, dependendo de mais uma única audiência, onde o primeiro-ministro israelense será ouvido, para o posterior envio dos processos ao Tribunal Superior israelense.

O ato, um dos de maior unidade já realizados em Israel, foi convocado conjuntamente pela coligação Azul e Branco (que disputou voto a voto a preferência do eleitorado israelense em oposição à coligação encabeçada pelo partido Likud, de Netanyahu, nas recentes eleições) e o Partido Trabalhista, o Meretz (Energia, cisão à esquerda dos trabalhistas) e a lista conjunta dos comunistas e árabes (Hadash-Taal).

Benny Gantz, líder da coligação Azul e Branco e principal candidato de oposição a Bibi, acusou o premiê de enganar seus eleitores na busca de interesses pessoais acima dos de Israel.

O segundo candidato na lista apresentada pela coligação Azul e Branco ao parlamento, Yair Lapid, instou todos os deputados do Knesset, aos quais ainda lhes reste algum princípio, a votarem com a oposição contra uma legislação que ameaça, segundo ele, destruir a democracia israelense e transformar o país “em um sultanato”.

Em seu pronunciamento, Gantz declarou que Netanyahu “está tentando escaravizar toda a nação a seus interesses pessoais”.

“Benjamin Netanyahu”,

## May renuncia por falta de apoio a propostas de Brexit submetidas ao capital financeiro

A exigência de eleições já para a composição de um novo governo inglês, em um movimento que vai rapidamente se ampliando, foi encabeçada, nesta quinta-feira, 24, pelo líder trabalhista, Jeremy Corbyn, logo após a saída da primeira-ministra inglesa.

O trabalhista pediu uma eleição geral imediata, depois do anúncio da renúncia da premiê Theresa May, uma vez que, “ela parece ter aceito que não pode governar, nem o pode seu partido dividido”.

May declarou que deixaria a condição de líder dos conservadores a partir do dia 7 de junho, o que implica, pelas normas inglesas, no seu afastamento da chefia do governo do país.

Corbyn acrescentou que “a última coisa que o país precisa são semanas de mais luta interna entre os conservadores, seguidas de um novo primeiro-ministro que não foi escolhido para o cargo”.

Outras lideranças, a exemplo de Tim Roache, secretário-geral da maior das confederações de trabalhadores da Inglaterra, a GMB, enfatizou que “os trabalhadores estão fartos de verem os conservadores brigarem por



“Muralha em Defesa da Democracia”, no banner estendido no ato que reuniu 80 mil em Tel Aviv

convocou Gantz, “durante a campanha eleitoral, você falou em segurança do Estado de Israel; hoje você está principalmente focado em sua própria segurança e liberdades pessoais. Você enganou seus eleitores”.

Gantz acrescentou que seu partido não vai permitir que Israel se torne “uma propriedade privada de uma família ou um sultanato”.

Antes do ato, em entrevista no Canal 12, Gantz já havia usado a terminologia, dizendo que Bibi “se candidatou a premiê, não a sultão”.

“Ele se comporta como um sultão e quer fazer de seus correligionários e aliados ovelhas arrebanhadas ladeira abaixo, na direção errada”, disse Gantz.

Atendendo ao recado de Gantz, a multidão se reuniu às 20:30 h do mesmo sábado diante do Museu Tel Aviv, sob um banner gigante com os dizeres “Muralha em Defesa da Democracia” e trazendo faixas afirmando: “Vamos barrar a Lei da Imunidade”.

Também se dirigiram aos milhares de israelenses presentes, Avi Gabbay, líder dos trabalhistas; Tamar Zandberg, deputada pelo partido Meretz e Ayman Odeh, líder da bancada que reúne comunistas e árabes, Hadash-Ta'al.

O deputado Lapid foi intensamente aplaudido ao desafiar: “O que ele pensa? Que ficaremos em silêncio? Que ele vai

destruir a Corte Suprema e ficaremos calados? Que ele vai pagar milhões (em emendas favoráveis aos partidos religiosos), a Litzman e Smotrich, tirando do nosso dinheiro, em troca de sua imunidade? Acha que aceitaremos esta e outras formas de extorsão em troca de sua imunidade?”.

O protesto massivo aconteceu quando estão sendo intensamente comentados nos meios políticos de Israel as manobras de Netanyahu de trocar cargos e emendas em troca da aprovação de uma lei que daria imunidade ao primeiro-ministro durante o exercício do cargo, isto é, que ele ficaria livre de um veredito bastante previsível e que o colocaria na cadeia após a apreciação dos processos na Corte (já em fase adiantada, após longa investigação pela polícia e apreciação pela Procuradoria Geral). A lei que Bibi quer passar também limitaria à Corte Suprema a capacidade de proteger etnias e grupos sociais contra leis e medidas arbitrárias.

Numa referência à história bíblica na qual Lot pede a Deus que não destrua Sodoma se nela se encontrarem 10 justos, Lapid proclamou: “Estamos buscando 5 pessoas decentes”, referindo-se à luta para barrar a maioria que Netanyahu quer configurar para governar e passar a lei de sua imunidade, contando, para isso, com 65 a 55 no Knesset de 120 membros.

Quijada, ex-candidato a presidente nas últimas eleições venezuelanas, conclamou “todas as forças da oposição à unidade acima das diferenças ideológicas para se conseguir a convocação de eleições presidenciais já”

Quijada, que se candidatou a presidente para lançar a plataforma de uma oposição com conteúdo de resgate das conquistas do governo Hugo Chávez, postulou o posto pelo partido Unidade Política Popular 89 (UPP89).

Nas eleições presidenciais do ano passado, com permitidos 26 dias de campanha e abstenção de mais de 54%, usando a máquina governamental, incluindo a distribuição de cestas básicas nos comícios, Maduro venceu com pouco mais de 30% de apoio dos eleitores, cerca de 6 milhões de um total de 20 milhões.

No primeiro ano deste seu segundo mandato a vida dos venezuelanos vai se tornando insustentável como perto de 2 milhões já tendo emigrado em fuga de uma crise devastadora.

A UPP89, avalia que não faz sentido a participação nas eleições parlamentares antecipadas (mediante o encurtamento do mandato dos atuais deputados) porque “o que o país demanda é a saída do presidente Maduro”.

“Questionamos o governo Maduro pelo fracasso estrepitoso que arruinou o país e que se tornou uma grande desgraça para os venezuelanos. Maduro agora anuncia um processo de eleições parlamentares como uma tática de protelação e distração e na busca de dividir a oposição”, afirmou ainda Quijada, apoiador de Hugo Chávez desde o levante de 1992, contra a ditadura de Andrés Pérez

e que se insurgiu contra a negação dos rumos chavistas por Maduro, afastando-se do partido governamental, PSUV, para fundar o UPP89.

Destacando que as eleições presidenciais em igualdade de condições para as diversas candidaturas é a única saída para a crise, “com uma direção do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) que resulte de negociações” e, neste sentido, se faz necessário “partir da unidade da oposição de forma a colocar como principalidade os interesses do país, para assim chegarmos a resultados positivos”.

No dia 21, a Aliança pelo Referendo Consultivo (ARC), integrada por vários partidos e movimentos políticos, incluindo ex-ministros do governo Chávez, se dirigiram ao edifício-sede da Defensoria do Povo para – sob a consigna de “Nem Fome, Nem Guerra” –, lançar a campanha nacional de coleta de assinaturas para

## 76 generais e embaixadores dos EUA condenam as provocações de Washington contra o Irã

“Uma Guerra com o Irã, seja por escolha ou erro de cálculo, produziria repercussões dramáticas em um Oriente Médio já desestabilizado e arrastaria os Estados Unidos a outro conflito armado a imenso custo financeiro, humano e geopolítico”, declaram generais da reserva e embaixadores norte-americanos na carta aberta publicada no portal “War On The Rocks”.

Assim que Trump anunciou o envio de mais 1.500 soldados ao Oriente Médio, com o intuito evidente de provocar uma escalada das tensões com o Irã, nesta sexta-feira, 76 generais da reserva, embaixadores e diplomatas se manifestaram condenando tais provocações e alertando para o perigo de uma guerra contra o Irã.

“Uma Guerra com o Irã, seja por escolha ou erro de cálculo, produziria repercussões dramáticas em um Oriente Médio já desestabilizado e arrastaria os Estados Unidos a outro conflito armado a imenso custo financeiro, humano e geopolítico”, declaram na carta.

Apesar de haver dito, na mesma sexta-feira, que não quer uma guerra contra o Irã (dias antes tinha bravatado de que se tal guerra houvesse “o

levar ao Referendo, conforme prescreve a Constituição, com a questão que se respondida com um sim, pode levar a convocação de eleições em todos os níveis, presidenciais, parlamentares e governamentais – uma relegitimação dos poderes públicos – como saída popular para a crise política, econômica e social na qual a Venezuela está mergulhada.

Ex-ministros de Chávez lançam campanha pelas eleições diretas em todos os níveis já, como saída para a crise do país – Aporrea

Gustavo Márquez, ex-ministro da Indústria e Comércio e também do Comércio Exterior, durante o governo Hugo Chávez e agora porta-voz da Plataforma pela Defesa da Constituição, que integra a ARC, destacou que “o povo é o soberano que deve por em prática as ferramentas de que dispõe para fazer avançar uma solução para a crise política do país”.

Ao fazer isso, Márquez alertou que “na situação em que vive o país, esta crise que parece não ter fim, há uma disputa pelo poder. De uma parte, o governo, Nicolás Maduro, que se aferra ao poder à margem da Constituição, e que mantém o povo em uma situação de prostração e fome; de outro lado, um segmento da oposição que controla a Assembleia Nacional (AN) que pretende resolver a crise pela via violenta, do golpe de Estado ou, o mais grave de tudo, pela via de uma intervenção estrangeira, rechaçada pelos venezuelanos”.

Márquez disse que a solução pleiteada pela ARC pode chegar pela via da negociação entre o governo e a AN e que o movimento de coleta de assinaturas pode ajudar, pressionando neste sentido.

Márquez finalizou enfatizando que “sabemos que estas intencionalidades golpistas que deixam mortos, feridos e provocam uma repressão desmedida do governo não vão conduzir a nada que não seja mais crise e mais violência e ainda uma possível catástrofe que seria uma intervenção estrangeira que, não apenas vai vitimar o povo venezuelano, mas que coloca em risco a nação, que seria invadida e fragmentada a partir de uma guerra civil”.

Para estimular a campanha de coleta de assinaturas a ARC pretende desenvolver uma série de atividades, incluindo Foros Regionais e manifestações localizadas.

NATHANIEL BRAIA

Irã desapareceria oficialmente”, anunciou o deslocamento de tropas, depois de já haver trazido ao Golfo Árabe seus porta-aviões e destróieres, lotados de caças e deslocado bombardeiros do tipo B-52 a bases aéreas localizadas em cidades portuárias da região.

“Na qualidade de profissionais da segurança com extensas carreiras nas Forças Armadas e no serviço diplomático, já podemos assistir em primeira mão como é rápida a passagem em espiral de uma desavença para uma situação de descontrole”, diz a carta, que condena “a falta de comunicação direta entre os líderes políticos e militares dos EUA e do Irã, em um momento em que uma retórica aquecida aumenta a possibilidade de um erro que resulte em um conflito militar que não se queria”.

Os militares e diplomatas concluem propondo “medidas de desescalada que deveriam ser estabelecidas pelos escalões mais altos de governo como prelúdio para diplomacia exploratória começando a tratar de questões relativas a preocupações mútuas”.

Leia a íntegra da matéria em: [horadopovo.org.br](http://horadopovo.org.br)

## Acusação dos EUA a Assange por espionagem é “o mais grave ataque à imprensa”

“Hoje, o governo Trump lançou um ataque sem precedentes contra a imprensa livre global, revelando 17 acusações pela Lei de Espionagem, que acarretam 175 anos de prisão, contra o editor do WikiLeaks, Julian Assange”, afirmou em nota nesta sexta-feira o WikiLeaks, denunciando a escalada do arbitrio e a caçada movida contra o jornalista que denunciou os crimes de guerra dos EUA.

“As acusações estão relacionadas a revelações de crimes de guerra e abusos de direitos humanos pelo governo dos EUA, incluindo o notável vídeo ‘Assassinato Colateral’, Registros da Guerra do Iraque, Diários de Guerra Afegãos, Cablegate e os Manuais de Detenção em Guantánamo, publicados em 2010 e 2011”, assinala o portal que trouxe aos olhos do mundo inteiro os crimes de guerra que eram mantidos sob sigilo por seus perpetradores.

“A acusação do Departamento de Justiça dos EUA declara que ‘Assange, Manning e outros compartilhavam o objetivo de promover a missão do WikiLeaks, como uma ‘agência de inteligência popular’, ... a fim de divulgar essas informações ao público e inspirar outras pessoas com acesso para fazerem o mesmo’, registra o portal, apontando que ‘com esta acusação, o governo Trump procura fazer exatamente o oposto: paralisar a imprensa livre e enviar a mensagem de que nenhum jornalista que mereça a descrição está a salvo de represálias’.

“O Departamento de Justiça quer aprisionar Assange por crimes supostamente cometidos fora dos Estados Unidos. Esta aplicação extraterritorial da lei dos EUA é explícita durante toda a acusação (‘em uma ofensa iniciada e cometida fora da jurisdição de qualquer estado ou distrito dos Estados Unidos’), classificando assim qualquer território do mundo como sujeito à lei dos EUA”, adverte o WikiLeaks.

“Julian Assange não é jornalista”, disse o procurador-geral John Demers, revelando – conforme o WikiLeaks – “sua falta de familiaridade com a Primeira Emenda, mas também desconsiderando dezenas de prêmios de jornalismo concedidos a ele, incluindo dois no mês passado, e sem saber das decisões judiciais britânicas e dos relatórios de inteligência dos EUA reconhecendo-o como jornalista”.

As acusações sem precedentes de espionagem apresentadas contra Julian Assange foram repudiadas energicamente pelo atual editor-chefe do WikiLeaks, Kristinn Hrafnsson: “é a ilegalidade na sua forma maligna mais pura”, afirmou. “Este é o mal da ilegalidade em sua forma mais pura”. “Com a acusação, o ‘líder do mundo livre’ rejeita a Primeira Emenda – saudada como um modelo de liberdade de imprensa em todo o mundo – e lança um flagrante ataque extraterritorial fora de suas fronteiras, atacando os princípios básicos da democracia na Europa e no resto do mundo”, acrescentou.

O advogado de defesa de Assange, Barry Pollack sublinhou como o regime Trump acusou o jornalista australiano sob a Lei de Espionagem “por encorajar fontes a fornecer-lhe informações verdadeiras e publicar essas informações”. “A folha de parreira de que seria apenas sobre o suposto hacking de computador foi removida”, assinalou, referindo-se à acusação inicial usada no pedido de extradição apresentado a Londres. “Essas acusações sem precedentes demonstram a gravidade da ameaça que o processo criminal contra Julian Assange representa para todos os jornalistas em seus esforços para informar o público sobre as ações tomadas pelo governo dos EUA”.

“Este é um ataque em massa à liberdade de expressão, à mídia e à Primeira Emenda”, destacou a advogada de direitos humanos, Jennifer Robinson.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Juiz bloqueia verba que Casa Branca desviou para o muro na fronteira com o México

O juiz federal estadunidense Haywood Gilliam, do tribunal de Oakland, Califórnia, anunciou o bloqueio temporário da decisão do presidente Donald Trump de utilizar US\$ 6,6 bilhões desviados do orçamento da Defesa para a construção de seu gigantesco muro na fronteira com o México, sob a alegação – não comprovada – de que o país vive uma “emergência nacional”. A decisão do juiz foi divulgada no sábado (25).

A decisão joga um balde de água fria na política segregacionista de Trump, que havia declarado a bilionária e quilométrica obra uma questão de “emergência nacional”, devido à “crescente crise humanitária e de segurança na fronteira Sul”. Com as declarações, o bilionário presidente buscava pressionar o Congresso e utilizar os fundos militares para o seu projeto.

Atendendo a uma coalizão de 20 estados – entre eles redutos oposicionistas como Nova Iorque – e Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientais e de direitos civis, o magistrado assinalou que os funcionários da administração Trump “estão

impedidos de empreender qualquer ação para construir uma barreira fronteiriça” em duas zonas próximas às cidades de Yuma (Arizona) e El Paso (Texas), “usando fundos redirecionados do Departamento de Defesa”.

Para o juiz Haywood Gilliam, a declaração de emergência atenta contra a Constituição e há indícios de que os funcionários do governo Trump “se excederam na sua autoridade legal, e que suas ações resultariam em danos irreparáveis”. “O controle ‘absoluto’ do Congresso sobre os gastos federais – inclusive quando esse controle pode frustrar os desejos do Poder Executivo com referência a iniciativas que consideram importantes – não é um erro em nosso sistema constitucional. É uma característica desse sistema, e uma essencial”, destacou.

A advogada do grupo ambientalista Serra Club, Gloria Smith, parabenizou a corte por defender a Constituição, manter a independência dos poderes e não se dobrar às inúmeras pressões do governo.

Matéria completa em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# Trump xinga a presidente da Câmara de “Nancy Doidona”



Nancy Pelosi em reunião com Donald Trump, que se diz “um gênio muito calmo”

## ONU condena Inglaterra por ocupar Ilhas Chagos e cometer limpeza étnica

A Assembleia Geral da ONU aprovou na quarta-feira (22) uma resolução exigindo que a Inglaterra acabe com a administração do Arquipélago de Chagos o mais rapidamente possível e reconheça a soberania da (Ilhas) Maurícia sobre este território. A resolução foi apresentada pelo Senegal, em nome do Grupo Africano e obteve a aprovação com 116 votos a favor, seis contra (EUA, Reino Unido, Israel, Hungria, Austrália e Ilhas Maldivas) e 56 abstenções.

O Arquipélago de Chagos é um grupo de sete atóis, com mais de 60 ilhas tropicais situado no Oceano Índico e a maior e mais conhecida delas é a Diego Garcia, onde o Pentágono instalou uma base militar norte-americana.

Em 1965, o Reino Unido separou este território das Ilhas Maurícia, que conquistou a independência de Londres em 1968. O arquipélago subtraído teve o nome mudado para Território Britânico do Oceano Índico. “No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o governo britânico de Harold Wilson expulsou toda a população das Ilhas Chagos para dar lugar a uma base militar ame-

ricana em Diego Garcia, a maior ilha”, relata John Pilger, escritor, jornalista e cineasta. “Em alto sigilo, os americanos ofereceram um desconto no submarino nuclear Polaris como pagamento pelo uso das ilhas”, denuncia o cineasta.

A 25 de fevereiro deste ano, o Tribunal Internacional de Justiça, TIJ, emitiu um parecer consultivo sobre as consequências jurídicas da separação de 1965. O TIJ afirmou que o Reino Unido devia devolver o arquipélago à Maurícia imediatamente. O parecer do Tribunal serviu de base para a proposta de resolução apresentada à Assembleia Geral da ONU.

Na sua resolução, os Estados-membros afirmam que “o Arquipélago de Chagos é parte integrante do território da Maurícia” e pedem que as Nações Unidas e todas as suas agências reconheçam este fato.

A Assembleia afirma ainda que a separação do arquipélago “não teve como base a expressão livre e genuína da vontade do povo Maurício” e que “a descolonização não foi concluída de forma válida”.

## Indianos reelegem premiê Modi com larga margem

O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, conduziu seu partido, o Bharatiya Janata, a uma vitória por larga margem nas eleições na Índia, com dados oficiais mostrando o BJP com 302 dos 542 mandatos em disputa, acima dos 282 de 2014 e dos 272 necessários para a maioria na câmara baixa do parlamento. A contagem de votos só se encerra na manhã desta sexta-feira.

As eleições na Índia foram realizadas em sete fases ao longo de 39 dias, com mais de 600 milhões de indianos votando, no mais alto comparecimento às urnas já verificado: 67%.

O líder do principal partido de oposição – Partido do Congresso -, Rahul Gandhi, reconheceu a derrota e já parabenizou Modi, a quem desejou “sorte”, depois de uma campanha conturbada, marcada por troca de insultos, acusações e fake news.

Ele é o herdeiro da dinastia Nehru-Ghandi, que comandou a luta pela independência da Índia, o regime secularista e a consolidação como país chave do não-alinhamento. O Partido do Congresso perdeu força ao derivar no início dos anos 1990 para o neoliberalismo e saiu da eleição em escombros.

### “ÍNDIA FORTE E INCLUSIVA”

Modi foi recebido com uma chuva de pétalas de rosa ao chegar à sede do seu partido na noite de quinta-feira, onde foi aclamado por milhares de ativistas. Ao celebrar a vitória nas redes sociais, ele prometeu uma Índia “forte e inclusiva”, em que pese as denúncias sobre o caráter supremacista hindu do seu partido e sobre a xenofobia contra muçulmanos, dalits e outras minorias por parte dos adeptos mais extremados.

O resultado de certa forma é uma reviravolta do quadro precedente, quando o BJP perdeu em dezembro do ano passado eleições em três estados e em

o órgão da ONU acrescenta que a descolonização “não foi conduzida de maneira consistente com o direito dos povos à autodeterminação” e que, por isso, a administração do Reino Unido “constituiu um ato ilícito que envolve a responsabilidade internacional desse Estado”.

Os Estados-membros pedem que o Reino Unido dissolva a administração destas ilhas “o mais rapidamente possível” e afirma que todos os países são obrigados a cooperar com as Nações Unidas para “completar a descolonização da Maurícia”.

A Assembleia Geral exige que retirada aconteça “incondicionalmente dentro de um período máximo de seis meses a partir da adoção da resolução”.

A resolução também trata a questão do reassentamento de cidadãos mauricianos, incluindo os que têm origem em Chagos. Os Estados-membros dizem que o tema deve ser examinado sem demora quando o processo de descolonização estiver concluído.

Por fim, pede-se ao governo do Reino Unido que coopere com as Maurícias “e não obstrua nem impeça este reassentamento” da população expulsa pelo colonizador britânico.

no vizinho Paquistão o que seria um campo de treinamento de separatistas, virou a maré a seu favor.

O que quase levou a uma guerra entre duas potências armadas nuclearmente, mas afiançou aos olhos dos eleitores a imagem de estadista buscada por Modi.

O atentado tirou do foco da sociedade indiana a discussão sobre o impasse na economia e o aumento da desigualdade, para a sempre não resolvida questão da traumática separação logo após a independência da Índia e fundação do Paquistão.

Como registrou a Reuters, “após o ataque aéreo no Paquistão, quase todas essas questões importantes começaram a desaparecer e os agricultores decidiram votar no BJP”, disse Raghuram Das, 55 anos, que cultiva arroz e trigo nos arredores de Ayodhya, que muitos hindus devotos acreditam ser o berço do deus-rei Rama. “Lembre-se, eles não votaram no BJP, eles votaram em Modi. Todo mundo ama um líder forte”.

Imagem também sustentada na conclamação de Modi pelo soerguimento da Índia e a sua postura de reafirmação do país, soberanamente, na cena mundial, onde jamais mostrou subserviência seja a quem for – Putin, Xi Jinping, a rainha Elizabeth ou Trump. Um fato que claramente confirma essa postura é a manutenção da decisão de adquirir o sistema de defesa fabricado pela Rússia – o S-400 -, apesar das fortes pressões da Casa Branca.

Como se sabe, a parcela da Índia – antes dos britânicos – na riqueza mundial em 1700 era quase igual à Europa. No início do século XX, a “mais brilhante joia da coroa britânica” era o país mais pobre do mundo em renda per capita, segundo o historiador Angus Maddison.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

Após o insulto, Nancy Pelosi deu o troco em coletiva de imprensa, quando disse que Trump estava tão errático que precisaria de uma intervenção de “sua família ou talvez, uma licença”

Um vídeo divulgado nas redes sociais e manipulado para fazer parecer que a presidente da Câmara de Representantes dos EUA, a veterana democrata Nancy Pelosi, estava bêbada ou drogada, e que viralizou, tornou-se motivo de polêmica e escárnio nos EUA, numa pequena amostra do que vem pela frente nas eleições 2020, coroando uma semana de furdunço entre ela e o presidente Donald Trump.

Nas alterações entre os dois, Trump chegou a chamar Pelosi de “Nancy Doidona”, após esta classificar como “birra” o cancelamento de uma reunião na Casa Branca e insinuar que Trump estava “precisando de intervenção” da família ou da equipe.

O que foi respondido pelo presidente bilionário declarando-se “um gênio extremamente estável” e uma pessoa “calma, muito calma”. Com o feriado prolongado do Memorial Day dessa sexta-feira, que marca a chegada do verão, o roteio em Washington arrefeceu, pelo menos durante o final de semana. Na segunda-feira, tem mais.

No vídeo editado, a voz de Pelosi foi desacelerada, dando um efeito de fala arrastada. Em apenas dois dias, uma versão alojada no portal conservador Politics WatchDog somou 2,4 milhões de visualizações, 47 mil partilhas e quase 30 mil comentários, tipo “é uma desgraça”, “está bêbada” e por aí vai. O Youtube já retirou o vídeo fake, mas o Facebook manteve. Vídeo anterior para espinafrar Pelosi chegara a 28 milhões de visualizações.

### SONÂMBULOS

Enquanto Trump e seus neocons marcham como sonâmbulos para a guerra comercial e tecnológica contra a China, prometem ao Irã zero de petróleo exportado e B-52 e esquadrão de guerra nuclear e a sexta criança imigrante enjaulada na fronteira morre, madame Pelosi anda amuada pela recusa do bilionário em confessar que é o candidato siberiano de Putin e assevera que ele “descumpra a constituição por obstruir as investigações” da farsa preferida de Hillary, a de que perdeu as eleições por causa da “interferência russa”.

Trump acabou por recuar do apelido de “Nancy Doidona”, ao se lembrar que o adjetivo já tem dono segundo ele, “Bernie Doidão” – e piada repetida não tem graça. Ele já demonstrara seu expertise no assunto com os demolidores “Hillary Vigarista” e “Sem Pegada Jeb Bush” na campanha passada e, agora, com o “Joe [Biden] Sonolento”, mas vinha poupando Pelosi até aqui, por ser uma das mais moderadas democratas em relação ao impeachment.

O imbróglis desta semana começou com Pelosi chutando as canelas do Mr. Presidente, acusando-o de ser “um mestre do diversionismo”, com “uma bolsa cheia de truques para distrair todos dos temas importantes”. Claro que o tema realmente importante de Pelosi é que a Fundação Clinton anda meio afundada e os banqueiros amantes da boa prosa shakespeariana perderam tempo e dinheiro. Ela reiterou, ainda, que Trump cometeu “crime de obstrução à Justiça”, ao atuar para evitar que integrantes do governo prestem depoimentos no Congresso sobre o Russiagate.

Nas últimas semanas, o procurador-geral William Barr e outro ex-assessor de Trump se negaram a atender convocações da Câmara para depor. Além disso, andam mexendo no bolso de Trump, e portanto ferindo sua sensibilidade, ao exigirem que mostre as declarações do imposto de renda e acionando judicialmente bancos para que entreguem documentos.

Em resposta, Trump cancelou de última hora reunião

com ela e o líder da minoria democrata no Senado, Chuck Sumner, na quarta-feira, cujo principal ponto de pauta seria o plano de US\$ 2 trilhões para investimento na infraestrutura do país, considerada em pandarecos.

O troco veio na coletiva costumeira de quinta-feira de Pelosi, em que ela insinuou que o comportamento de Trump era tão errático que ele precisaria que “sua família, governo ou equipe” realizassem uma intervenção “para o bem do país”. “Talvez ele queira tirar uma licença”, acrescentou. O que foi prontamente interpretado nos círculos políticos como referência à 25ª Emenda da Constituição norte-americana, que permite afastamento do presidente em caso de incapacitação física ou mental.

### “ACESSO DE BIRRA”

Declaração que tirou Trump do sério e transformou o que seria uma reunião dele com agricultores prejudicados pela guerra comercial à China numa espetáculo bizarro. Trump contestou a declaração de Pelosi que ele tivera um “acesso de birra” ao desmarcar a reunião sobre o plano de infraestrutura e insistiu em que estava “tão calmo, extremamente calmo”.

Para que não pairasse dúvida, chamou uma feira de assessores dele na Casa Branca, da secretária de Imprensa Sarah Sanders ao conselheiro econômico Larry Kudlow, que se revezaram para testemunhar que Trump estava “calmo, muito calmo” na véspera. Depois de repetir pelo menos nove vezes a expressão “calmo”, em voz muito calma, Trump culminou tudo com a proclamação de que é um “gênio extremamente estável”.

Foi depois disso que Trump começou a tentar bolar um apelido que desmonte a líder democrata. Parece que ainda não achou. No twitter, andou dizendo que Pelosi “está uma bagunça... ela está se desintegrando”. Acrescentou que “a tem observado há um longo tempo, não é a mesma pessoa, se perdeu”.

A tréplica de Pelosi foi postar nas redes sociais que “quando o ‘gênio extremamente estável’ começar a agir de forma mais presidencial, ficarei feliz em trabalhar com ele em infraestrutura, comércio e outras questões”.

Assim como é cutucado, Trump também está metendo seus pauzinhos para investigar a investigação de sua campanha pelo FBI, durante o governo Obama, monitoramento que parece estranho num regime dito democrático. A polícia política investigando a campanha do partido adversário, ex-integrantes de um serviço secreto amigo fabricando dossiês muito bem pagos e outras maravilhas da plenitude democrática.

Além disso, Trump diz que não trabalhará com os democratas no Congresso até que estes encerrem as investigações contra ele. Confronto que, admitiu, poderá dificultar a aprovação de algumas de suas prioridades, como o acordo comercial assinado com México e Canadá para substituir o Nafta.

Quanto ao vídeo fake, conforme o professor de ciência da computação e perito forense na área digital da Universidade da Califórnia, Hany Farid, “não há dúvida de que o vídeo foi editado para a voz de Pelosi ficar mais lenta”. “É impressionante a forma como uma manipulação simples pode ter um efeito tão eficiente e credível para alguns. Apesar de eu achar que se trata de uma ameaça real, este tipo de tecnologia falsa mostra que há uma ameaça muito maior na desinformação em campanhas: muitos de nós estamos dispostos a acreditar no pior das pessoas de quem discordamos”, completou o perito.

ANTONIO PIMENTA

# Caxias e a guerra do Paraguai: retrato do homem no outono de sua vida - 4

Como havia de proceder depois de batalhas e combates que reduziram alguns corpos a 70 e 80 praças e a 2 ou 3 oficiais?

Senado do Império – Sessão de 15 de julho de 1870  
(continuação da edição anterior)

Não houve ato, por mais insignificante, que não fosse considerado grave falta do general em chefe. Acusam-me de ter administrado mal o exército, de não ter cuidado de sua economia. Disse-se que os presos eram maltratados, metidos no porão de um navio que fazia água; que não tinham que comer, o rancho não tinha gordura, etc.

Sinto, Sr. presidente, que o nobre senador por Goiás [Silveira da Mota] tivesse ido ao Paraguai depois de minha retirada do exército, e não conhecesse pessoalmente o estado das cousas antes e depois desse tempo, afim de poder comparar as três fases da guerra. Se pudesse fazer essa comparação, se convenceria de que muitas cousas, que teve de censurar, sempre se deram em muito maior escala.

Quando cheguei ao exército, qual era o lugar que servia de prisão?

Encontrei os presos no meio do campo, cercados de sentinelas. Aí eles não tinham licença para armar barracas, nem para acender fogo; estavam, pois, ao rigor do tempo.

Todas as noites de tempestade fugiam aos 10 e 12, e, entretanto, o número deles não diminuía, porque os pobres soldados que os guardavam eram punidos por essa fuga, ficando em seu lugar. Isto continuou por maneira que já não havia oficiais que quisessem encarregar-se deste serviço, preferindo antes ir para os postos mais arriscados da vanguarda.

Então julguei conveniente, não só para comodidade dos mesmos presos, como para segurança deles, tirá-los do lugar onde estavam: encarreguei os chefes do estado-maior da esquadra de prepararem um navio com as acomodações necessárias para recebê-los sob a vigilância de um oficial superior.

Mandeí-lhes um médico, uma botica, tudo quanto se julgou preciso. Essa prisão ficou sob a fiscalização de um dos generais dos corpos do exército, que estava mais próximo ao lugar onde estacionava a esquadra.

Como poderia eu, em pontos tão distantes, fiscalizar esse serviço, e o modo de proceder dos meus subalternos a tal respeito?

Era possível que me separasse da frente do exército, com o inimigo à vista, entregue a cuidados tão graves, para ir à retaguarda examinar o pontão, revistar a comida e comodidade dos presos, depois de ter já dado todas as providências para o seu bom tratamento?

Não; não era possível.

Não duvido que houvesse faltas; mas por elas não posso ser responsável. Se S. Ex. pudesse comparar o que viu com o que se dava antes, e aconteceu depois, se venceria que o tratamento dos presos nunca foi melhor do que no tempo de minha administração, e que um general em chefe não pode ser responsável por atos de seus subalternos, que nem sempre chegam a seu conhecimento, pois nunca tive uma só representação a tal respeito.

Disse-se também que eu tinha mandado dar gratifica-

ções arbitrárias aos oficiais do meu estado maior, quando me retirei.

Senhores, isto é uma acusação inteiramente falsa.

O Sr. ministro da Guerra mandou saber imediatamente que gratificações tinham sido mandadas dar por mim ao retirar-me do exército, e eu já li no Diário Oficial a resposta que deu a pagadoria, e por ela se vê que nem um vintém mais do que o marcado nas tabelas dos vencimentos dos oficiais, eu mandei abonar.

Fui também acusado de ter promovido oficiais por atos de bravura em número superior ao do quadro do exército.

Aqui está um mapa por onde se vê que em 27 meses que comandeí o exército, isto é, desde 18 de Novembro de 1866 até Janeiro de 1869, promovi apenas 227 oficiais; e tanto não fui além dos limites do quadro, que o meu sucessor em 11 meses pôde promover 320, excedendo o quadro em 3 majores apenas. Creio que estes algarismos falam bem claro e provam cabalmente a falsidade da acusação. (Apoiados. Muito bem.)

Senhores, fui também muito censurado por não ter incluído nas listas que mandei ao Sr. ministro da Guerra, para a distribuição da medalha de mérito, a dois oficiais reconhecidamente valentes, como são os Srs. conde de Porto Alegre e coronel Tibúrcio.

E, pois que trato deste assunto, referirei o ocorrido acerca da criação dessa medalha.

Quando tomei conta do comando do exército, observei para logo os graves inconvenientes originados da prática adotada pelo governo de conceder a praças de pré, condecorações que lhes davam honras de capitão.

Esta prática era nociva à disciplina. Soldados que se distinguiram por atos de grande coragem, e que nem sempre eram os mais morigerados, quando se viam, por condecorações, equiparados em honras aos seus capitães, desde logo não queriam mais obedecer aos cabos de esquadra, sargentos e até aos oficiais subalternos de suas companhias, se julgavam em tudo iguais aos seus capitães (apoiados); daí provieram resultados terríveis: houve até assassinatos de tenentes e capitães. Não queriam sujeitar-se a certos serviços a que eram destinados; queriam que esses serviços recaíssem sobre os outros.

Mil outros inconvenientes ainda se deram, que é inútil enumerar. Representei ao governo referindo todos estes inconvenientes tão fatais à disciplina, e então lembrei-lhe a conveniência da criação de uma medalha especial de mérito, que só significasse a bravura pessoal, sem dar honras militares.

O governo atendeu à minha representação. Recebendo eu o decreto, e depois as medalhas, tive escrúpulos de executá-lo, distribuindo-as somente àqueles que se distinguiram da data do decreto em diante.

Porque, Sr. presidente, nos exércitos em campanha, logo depois dos primeiros combates, cria-se uma aristocracia de valor; e certos oficiais, e mesmo praças de



**Ninguém mais do que Caxias sintetizou a primeira fase do Brasil como país independente: “Caxias – mais do que D. Pedro II – foi o império. Ele enche a sua fase ascensional. Apoiado na sua espada e no seu conhecimento dos homens, foi que o regime procedeu à integração das partes do país. Quando a guerra do Paraguai assinala o ponto crítico e marca o início do declínio, é ele quem apressa a conclusão da luta e termina o desbarato das forças de López. Quando regressa, doente e entristecido, tendo dado por concluída a campanha, recolhe-se ao sossego e à solidão. E o império começa a esboroar-se” (cf. Nelson Werneck Sodré, Panorama do Segundo Império, CEN, Brasileira, vol. 170, 1939, p. 138)**

pré, adquirem, pelos atos de coragem que praticam, crédito de valentes; todos os outros os reconhecem como tais.

Esses bravos, daí em diante, continuam a ser olhados com reverência por seus companheiros, sem que muitas vezes tenham outras ocasiões de se distinguirem de novo, ao passo que outros oficiais menos conhecidos, tendo o ensejo de praticar atos de valor, receberam a medalha de bravura, por feitos talvez de menor distinção, e que aos outros não poderia ser dada.

Atendendo a estas considerações, representei de novo ao Sr. ministro da Guerra, que foi justamente quem no Senado notou aquela falta, sobre a conveniência de se remunerar com a medalha de mérito também os serviços anteriores ao decreto que a criou. A decisão foi que o decreto não podia ter efeito retroativo; que essa medalha devia remunerar os atos de valor praticados da data de sua criação em diante, tanto mais que os militares que já se haviam anteriormente distinguido tinham, por isso, recebido outras condecorações.

À vista disto, senhores, reconhecendo os inconvenientes da distribuição de medalhas, abster-me de a fazer, esperando que o

governo reconsiderasse a matéria.

Remetendo depois ao atual nobre ministro da Guerra [marquês de Muritiba] as relações dos que julgava no caso de obter a medalha de mérito, foi ela distribuída a todos, sem se atender à data dos serviços prestados.

Portanto, já se vê que não tive parte alguma na exclusão desses dois oficiais (apoiados), e que a minha intenção era inteiramente oposta a que eles não fossem contemplados, e não só estes, como muitos outros.

Senhores, uma das acusações que mais mágoa me causou, foi a de minha retirada do exército sem licença do governo.

Já no Senado foram lidas as comunicações que recebi do ex-ministro da Guerra, o nobre senador pelo Piauí [marquês de Paranaguá], as quais foram ratificadas por um apoiado que nessa ocasião deu S. Ex., com todo o cavalheirismo. Essas comunicações importavam uma concessão de licença. É, pois, indubitável que a tinha desde o Ministério anterior.

Assumindo o poder o atual gabinete, e não sabendo se o nobre ministro da Guerra estava inteirado do que a este respeito havia ocorrido, tornei a pedir licença ao governo para deixar o comando do exército, no caso de piorar o meu estado de saúde a ponto de inabilitar-me para o serviço da guerra.

O governo não só concedeu-me a licença pedida como nomeou-me sucessor.

Este sucessor achou-me no exército e em mísero estado de saúde. Entreguei-lhe o comando, como consta da ordem do dia de 18 de janeiro, e parti para Montevidéu, onde, encontrando um dos membros do Ministério que seguia para o Rio da Prata em missão especial, dele soube que o governo imperial me havia concedido licença para vir tratar de minha saúde no Brasil, se não obtivesse melhoras naquela cidade, e como as não obtivesse, retirei-me para esta Corte.

Acusam-me também de haver-me retirado do exército, não por doente, apesar de estar plenamente provado o contrário, mas por ter dado a guerra por acabada.

Senhores, nunca dei a guerra por acabada. Apenas manifestei a minha opinião. Depois do que vi, depois do que se passou, eu não podia supor que López pudesse ainda continuá-la do modo como a tinha sustentado até então.

Qual foi o ato que pratiquei, quais as forças que

mandei retirar das posições em que se achavam, dando por finda a guerra?

Não há nenhum.

É certo que os distintos generais os Srs. marquês de Herval [Osório] e visconde de Itaparica [Argolo] tiveram de ausentar-se; mas quem ignora que se achavam gravemente feridos?

“Veio comigo o chefe do estado maior”. Mas por quê? Porque tinha de dar contas ao governo de minha missão, estava gravemente enfermo, nada mais natural do que vir acompanhado do oficial que melhor podia auxiliar-me no cumprimento daquele dever, pois se achava ao fato de todos os acontecimentos e podia dar todas as informações que o governo pudesse exigir.

O SR. FIRMINO: – Muito bem.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – Ainda fui acusado de ter trazido meus ajudantes de ordens.

Mas quem eram eles?

Dois pertenciam à Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, e estavam ausentes de suas famílias desde o princípio da guerra, e os outros, que eram de 1ª linha [isto é, do exército regular], vieram só acompanhar-me e voltaram imediatamente para seus corpos.

O que há nisto que estranhar?

Tanto mais que, como é geralmente sabido, os ajudantes de ordens são considerados como pessoas de família dos generais, e sempre deles inseparáveis. Acresce que eu ainda não estava demitido do comando.

Outra acusação: “Ter reduzido os batalhões de voluntários, privando alguns de suas bandeiras”.

Como havia de proceder depois de batalhas e combates que reduziram alguns corpos a 70 e 80 praças e a 2 ou 3 oficiais?

Para que serviria um batalhão reduzido a este estado?

Não há quem desconheça que em tais ocasiões é sempre indispensável a reorganização dos corpos assim reduzidos. Essa reorganização era mais uma prova de que eu não considerava a guerra definitivamente acabada, pois nesse caso não haveria necessidade de reorganizar o exército.

Quanto às bandeiras, o que havia de fazer? Deixar batalhões com 3 ou 4 bandeiras cada um?

Proibi, diz-se, aos voluntários usarem de suas legendas.

Qual a ordem do dia, ou onde insinuação alguma nesse sentido? Não as podem



**Caxias no Quadro  
“A Batalha do Avaí.” Uma das Últimas Batalhas da Guerra do Paraguai. Pintura de Pedro Américo, 1877. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro**

apresentar porque nunca existiram.

Senhores, até me acusam de ter lembrado para substituir-me no comando do exército, o marechal Guilherme Xavier de Souza, considerando-se uma crueldade confiar esta comissão a um general que se achava doente.

Não há dúvida, senhores; quando pedi licença para tratar da minha saúde, lembrei a nomeação desse distinto general; mas este não estava com parte de doente, não se levantou da cama para ir tomar o comando do exército; pelo contrário achava-se desempenhando uma importantíssima comissão, qual a de presidente (apoiado) e comandante das armas da província do Rio Grande do Sul. (Apoiados)

Quem podia desempenhar tão importantes comissões não estava no caso de ir comandar o exército interinamente?

Decerto que sim.

Responderei agora à pergunta que me dirigiu o nobre senador pela Bahia [Zacarias de Góis e Vasconcelos], sobre o não ter perseguido a López em Lomas Valentinas, e ao pedido que me fez de vingar a memória do Sr. visconde de Itaparica [general Argolo] e salvar a reputação do Sr. marquês do Herval [general Osório].

Senhores, a minha ordem do dia de 14 de janeiro perfeitamente me justifica de não haver perseguido a López depois da batalha de 27 de Dezembro, e bem assim ressalva a reputação dos dois bravos generais já indicados.

Entretanto, vou satisfazer ao nobre senador.

Quando resolvi o movimento que levou o exército a Santo Antonio, ordenei ao general Argolo, depois visconde de Itaparica, logo que pusesse pé em terra, mandasse ocupar a ponte de Itororó.

S. Ex. seguiu embarcado às duas horas da noite, com a sua vanguarda, do ponto em que nos achávamos no Chaco, em direção a Santo Antonio, e eu, com o Sr. general Herval, partimos às duas horas da tarde. Cheguei ao lugar do desembarque às quatro horas da tarde, e apenas avistei aquele bravo general, perguntei-lhe imediatamente:

“Já está ocupada a ponte de Itororó?”

Respondeu-me: “Não...”.

“Por quê?” repliquei.

Soube então que não era possível ocupar a ponte sem se fazer um reconhecimento, mas que não se tinha desembarcado cavalaria suficiente para empreender essa operação.

Mandeí marchar a pouca cavalaria que havia em terra, adicionando-lhe dois batalhões de infantaria.

Continua na próxima edição